

**ORÇAMENTO FEDERAL AO
ALCANCE DE TODOS
2011**

APRESENTAÇÃO

O orçamento é o documento que estabelece em que serão aplicados os impostos e outras receitas que o governo arrecada. Entender como esta atividade funciona e participar de sua condução, direta ou indiretamente, é uma condição essencial para o efetivo exercício da cidadania.

Nos últimos anos tem sido cada vez maior a exigência de transparência nos assuntos de interesse público, especialmente nas questões econômicas e financeiras do governo.

Informar o público é fundamental para o controle social do Estado. No entanto, trata-se também de um desafio expressivo para aqueles que se encarreguem deste propósito. Trata-se de operar um conjunto de dados demasiadamente extenso e de alta complexidade. Fornecer os dados brutos do governo sem agregação e análise será de pouca valia para a compreensão de seu significado. Por outro lado, qualquer tentativa de simplificação reduz o conteúdo disponibilizado.

Outro desafio é superar a linguagem técnica usualmente utilizada pelas organizações que lidam diretamente com o orçamento público de forma a facilitar ao cidadão melhor compreensão da matéria.

Assim, este documento simplificado é um esforço que visa contribuir para que o País gradualmente vença o desafio de constituir uma sociedade melhor informada e mais participativa na gestão dos recursos públicos.

Com este objetivo, destacamos as programações mais relevantes que o governo federal planeja executar em 2011, classificadas segundo as principais funções do governo.

Sabemos que um documento dessa natureza sempre será limitado e jamais suprirá integralmente as necessidades de informação sobre o orçamento da União. Afinal, trata-se de uma síntese. Porém, esperamos que esta referência inicial permita ao cidadão conhecer os números da proposta para o orçamento de 2011 e se motivar para ampliar seus conhecimentos sobre a matéria e influir futuramente na aprovação e execução da despesa pública.

Célia Corrêa
Secretária de Orçamento Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
VISÃO GERAL	5
ASSISTÊNCIA SOCIAL	12
PREVIDÊNCIA SOCIAL	15
SAÚDE.....	18
TRABALHO	21
EDUCAÇÃO.....	23
CULTURA	26
DESPORTO E LAZER	28
HABITAÇÃO	30
SANEAMENTO	32
URBANISMO	34
GESTÃO AMBIENTAL.....	36
COMUNICAÇÕES	38
ENERGIA	40
TRANSPORTE	42
AGRICULTURA	45
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA.....	47
INDÚSTRIA	49
COMÉRCIO E SERVIÇO	51
DEFESA NACIONAL	53
SEGURANÇA PÚBLICA.....	55
RELAÇÕES EXTERIORES	57
DIREITOS DA CIDADANIA	59
CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	61

ORÇAMENTO FEDERAL AO ALCANCE DE TODOS 2011

INTRODUÇÃO

Este documento tem por finalidade tornar mais acessível as informações sobre o orçamento federal, abrangendo as receitas (impostos, taxas e contribuições, entre outras) e as despesas (gastos com educação, saúde, segurança, previdência, investimentos e outros) que constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011 (PLOA 2011), encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2010.

As informações são apresentadas em duas partes. A primeira contempla os grandes números do orçamento para 2011, segundo a característica de cada receita e despesa, bem como a evolução das despesas. Para tornar possível a comparação entre os projetos de 2010 e 2011, excluiu-se dos números apresentados os valores acrescentados nos orçamentos mediante emendas parlamentares, que são apresentadas durante a apreciação legislativa, assim como valores acrescentados por intermédio de créditos extraordinários (recursos para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as de calamidade pública).

A segunda parte contém informações sobre as despesas, com a quantificação dos recursos que o Governo Federal tem aplicado nos últimos anos em educação, saúde, segurança pública, entre outras, e com o valor da respectiva proposta para 2011.

Maior detalhamento do PLOA 2011 poderá ser obtido por meio da leitura da Mensagem Presidencial que encaminha esse Projeto de Lei ao Congresso Nacional, assim como dos anexos e volumes que compõem o texto da proposta. Esses documentos podem ser acessados no sítio https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcamento_2011/.

VISÃO GERAL

VALORES GLOBAIS DO ORÇAMENTO FEDERAL

Entre os princípios aplicados ao orçamento público, destacamos que todas as receitas e despesas públicas devem constar do orçamento. As receitas e despesas deverão apresentar o mesmo valor, ou seja, o orçamento deve ser equilibrado. Para o orçamento da União de 2011, as receitas e despesas propostas correspondem a aproximadamente R\$ 2,05 trilhões.

Segundo a Constituição, o orçamento público constitui um único documento, que compreende o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento Fiscal.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, com cerca de R\$ 107,5 bilhões, apresenta os investimentos das empresas controladas pelo Governo Federal, abrangendo somente os investimentos das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não necessitam de recursos do governo para manter suas atividades. São exemplos: Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O Orçamento da Seguridade Social contempla as despesas com saúde, previdência e assistência social. Para 2011, essas despesas representam R\$ 512,7 bilhões. São exemplos de despesas desse orçamento os pagamentos de aposentadorias e pensões, assim como os gastos com saúde e benefícios assistenciais.

O Orçamento Fiscal é de aproximadamente R\$ 1,4 trilhão. Nele estão incluídas as despesas dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, compreendendo os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, abrangendo os fundos, autarquias, fundações, e as empresas estatais dependentes, não contempladas nos outros orçamentos, além dos valores que financiam a dívida pública federal.

Evolução do Orçamento Federal (2006-2011)

Orçamentos	Orçamento Executado				PLOA	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Fiscal	858,1	848,8	852,2	977,5	1.281,7	1.427,9
<i>Refinanciamento Dívida Interna</i>	346,0	357,3	272,5	256,7	575,2	666,6
<i>Refinanciamento Dívida Externa</i>	30,8	17,5	5,3	9,0	13,8	11,9
Seguridade Social	295,4	323,6	363,7	425,1	456,7	512,7
Investimento das Estatais	32,8	39,8	53,5	79,7	94,4	109,1
Total Orçamento Federal	1.186,3	1.212,2	1.269,4	1.482,3	1.832,8	2.049,7

É importante destacarmos que no Orçamento Fiscal, embora o valor total da despesa com a dívida pública federal alcance a expressiva soma de 953,8 bilhões, a maior parte desse montante não representa propriamente pagamento da dívida, uma vez que R\$ 678,5 bilhões correspondem ao seu refinanciamento, ou seja, substituição de títulos

anteriormente emitidos por títulos novos, com vencimento posterior. Neste tipo de operação, usualmente conhecida como “rolagem da dívida”, não há redução nem ampliação do endividamento atual. O pagamento da dívida contempla ainda juros no total de R\$ 169,9 bilhões e amortização de R\$ 105,4 bilhões.

O gerenciamento da dívida é realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. Para maiores informações sobre o assunto, no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br pode ser encontrado o Plano Anual de Financiamento da Dívida (PAF 2010).

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL

A elaboração do orçamento federal inicia-se pela estimativa das receitas. As receitas são classificadas em financeiras e não financeiras (ou primárias). As receitas financeiras são as que se originam, como o próprio nome diz, de operações financeiras (na maioria das vezes de empréstimos).

As receitas primárias têm origem nos tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria), nas contribuições sociais, entre outras. É a forma mais tradicional de financiar as despesas orçamentárias.

As despesas públicas também serão classificadas em financeiras e não financeiras (ou primárias). Da mesma forma, são financeiras as destinadas ao pagamento de despesas que decorrem de operações financeiras, como o pagamento de juros e do principal da dívida. As demais despesas são classificadas como primárias.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (2010 - 2011)

RECEITA	R\$ bilhões		DESPESA	R\$ bilhões	
	PLOA			PLOA	
	2010	2011		2010	2011
PRIMÁRIA	853,6	967,6	PRIMÁRIA	802,4	913,9
Impostos	286,2	346,2	FINANCEIRA	936,0	1.026,7
Taxas	6,5	6,5	Amortização da Dívida	757,2	783,9
Contribuições	476,3	524,7	Juros e Encargos da Dívida	110,4	169,9
Outras	84,6	90,2	Demais	68,5	72,9
FINANCEIRA	884,8	972,9	TOTAL	1.738,4	1.940,6
Refinanciamento da Dívida	588,9	678,5			
Emissão de Títulos	175,5	143,0			
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	22,0	28,5			
Outras	98,4	122,9			
TOTAL	1.738,4	1.940,6			

Essa distinção entre financeiras e primárias é importante em função do resultado fiscal que se quer obter no orçamento federal. Esse resultado fiscal é definido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Desde 1998, o Brasil vem produzindo superávits primários, o que significa, em outras palavras, que as receitas primárias têm sido maiores que as despesas primárias.

Com essa sobra de receitas primárias, o governo mantém a regularidade no pagamento de sua dívida, condição essencial para manter o equilíbrio da economia e evitar a elevação dos preços dos produtos adquiridos pela população.

O processo de elaboração do orçamento de um determinado ano começa com a preparação de estimativas para vários parâmetros econômicos (Produto Interno Bruto - PIB, inflação, taxa de câmbio, entre outros). Tais estimativas são realizadas em meados de cada ano para cálculo dos valores que irão vigir no ano seguinte. O quadro a seguir demonstra os parâmetros previstos para 2011:

Parâmetros Previstos		Significado e Relevância no Orçamento Federal
Inflação	4,5 % Variação Anual	O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice oficial da inflação. Esse índice é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando a variação de preços de uma cesta de bens e serviços formada por alimentos, vestuário, aluguel e o pagamento de luz, água, esgoto, entre outras despesas cotidianas. Esse índice é importante para o orçamento, pois vários contratos administrativos são reajustados por ele, bem como algumas receitas do governo.
PIB	3,89 trilhões de reais (5,5 %)	O PIB representa a soma de tudo que é produzido no País durante um ano. Também é calculado pelo IBGE. Esse indicador auxilia na previsão da variação/crescimento das receitas e, atualmente, no cálculo do valor estimado para o salário mínimo, além dos valores que devem ser destinados à saúde.
Taxa de Câmbio Média	1,836 reais/dólar	É estimada para permitir a fixação de despesas que ocorrerão em moeda estrangeira, mas que constarão em reais no orçamento dos órgãos federais. A dívida pública externa do Brasil e os contratos das Embaixadas brasileiras no exterior são exemplos típicos de despesas que dependem dessa informação. Também é importante para permitir a estimativa de receitas como os Impostos de Importação, Exportação, entre outras.
Taxa de Juros Média	10,71 ao ano	O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), ou taxa SELIC, é importante porque reflete a taxa de juros vigentes na economia brasileira. Está relacionada à remuneração dos títulos públicos. Seu valor é determinado pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central.
Salário Mínimo	538,15 mensal	Previsão do salário mínimo nacional. Para o orçamento, os principais impactos desse parâmetro são nos cálculos dos Benefícios Previdenciários, no Abono e Seguro-desemprego, nos Benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia.

Fonte para fixação dos parâmetros: Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda (SPE/MF).

Depois de definidos os parâmetros, são então projetadas a receitas que o governo espera receber ou arrecadar, bem como as transferências automáticas de receitas para Estados e Municípios.

Também com base nesses parâmetros são projetadas as despesas obrigatórias para o próximo ano, levando em consideração o histórico dessas despesas e outros fatores, inclusive a própria legislação que define a obrigatoriedade do gasto. Como exemplo de despesas obrigatórias, podemos citar as transferências constitucionais, o pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais, despesas de pessoal, entre outras.

Grosso modo, uma vez estimados os valores das receitas que serão arrecadadas, das transferências para Estados e Municípios, das despesas obrigatórias e considerada também a meta fiscal estabelecida na LDO, é apurado o valor que sobra para as demais despesas do Governo Federal.

O saldo é então oferecido aos diversos órgãos da União, como os Ministérios, os Tribunais Superiores, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Ministério Público da União, a fim de que sejam programadas as despesas discricionárias (selecionadas pelos próprios órgãos de acordo com o Plano Plurianual 2008-2011).

O quadro a seguir mostra resumidamente os valores que estão sendo considerados na proposta de orçamento para o próximo ano, assim como a demonstração da meta fiscal.

SÍNTESE DO ORÇAMENTO

Descrição	PLOA 2010		LOA 2010		PLOA 2011	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
I. Receita Líquida de Transferências	709,7	21,33	730,0	21,95	802,8	20,62
II. Despesas Obrigatórias	486,5	14,63	492,9	14,82	550,6	14,15
III. Meta de Resultado Primário*	49,0	1,47	42,0	1,26	49,8	1,28
IV. Despesas Discricionárias (I - II - III)	173,4	5,21	194,3	5,84	201,8	5,18
IV.1. Poder Executivo	166,1	4,99	186,7	5,61	194,3	4,99
IV.2. Demais Poderes	7,3	0,22	7,6	0,23	7,5	0,19

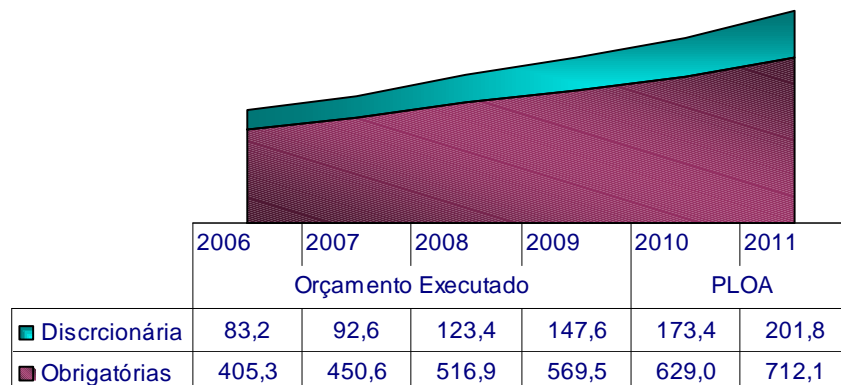
* Considera o abatimento do PAC: PLOA 2010 = R\$ 22,5 bilhões; LOA 2010 = R\$ 29,8 bilhões; PLOA 2011 = R\$ 32,0 bilhões.

INFORMAÇÕES GERAIS DO ORÇAMENTO FEDERAL

Como vimos, as despesas orçamentárias podem ter caráter obrigatório ou discricionário. No nosso orçamento, o montante das despesas obrigatórias é bastante elevado, o que gera um alto nível de rigidez. Isto ocorre porque a maioria dos gastos do governo constitui-se de obrigações constitucionais ou legais que devem ser sempre executadas.

Dessa forma, no orçamento federal para 2011, em relação às despesas primárias, estão previstos R\$ 916,9 bilhões, sendo R\$ 716,0 bilhões para as despesas obrigatórias (71,9 %) e R\$ 200,9 bilhões para as discricionárias (28,1 %).

Evolução Despesas Primárias no Orçamento Federal 2006-2011



As despesas públicas também são classificadas segundo sua categoria econômica em correntes e de capital. Essa classificação é utilizada internacionalmente, de acordo com os Manuais da Organização das Nações Unidas da década de 50. Ela permite conhecer a contribuição do governo à renda nacional, bem como a comparação econômica entre países.

As despesas de capital são as que contribuem para a formação ou aquisição de bem de capital e de produtos para a revenda, para a concessão de empréstimos e a amortização de dívida, podemos citar como exemplos a construção de estradas, de universidades, de hospitais, bem como a aquisição de equipamentos para seu funcionamento.

As despesas correntes são as destinadas à produção de bens e serviços correntes e possibilitam determinar o consumo do setor público, como os gastos com aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Bolsa Família, juros da dívida e pagamento de professores, médicos, entre outros.

Além da classificação por categoria econômica, as despesas orçamentárias também são classificadas por Grupos de Despesas. Os grupos de despesas são vinculados às categorias econômicas e formados pela junção de elementos de despesas afins.

Evolução Despesa Total por Categoria Econômica e Grupo de Despesas 2006-2011

Categoria Econômica Grupo de Natureza da Despesa	Orçamento Executado				PLOA	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CORRENTE	634,5	677,2	730,7	815,2	874,2	1.039,6
1 - Pessoal e Encargos Sociais	115,0	126,9	144,5	167,1	183,1	199,6
2 - Juros e Encargos da Dívida	151,2	140,3	110,2	124,6	110,4	169,9
3 - Outras Despesas Correntes	368,3	410,0	476,1	523,5	580,7	670,1
CAPITAL	536,2	514,2	505,9	587,4	843,1	879,8
4 - Investimentos	11,9	13,8	28,3	35,3	44,5	51,4
5 - Inversão Financeira	26,6	28,5	28,6	34,2	41,4	44,4
6 - Amortização da Dívida	497,8	471,9	449,0	517,9	757,2	783,9
RESERVA	0,0	0,0	0,0	0,0	21,2	21,2
TOTAL	1.170,7	1.191,4	1.236,6	1.402,6	1.738,4	1.940,6

INVESTIMENTOS NO ORÇAMENTO FEDERAL

O maior volume de investimentos do Governo Federal está concentrado no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. Para 2011, este orçamento prevê R\$ 107,5 bilhões, distribuídos predominantemente na área de energia, composto por empresas públicas de grande porte, como as do Grupo Petrobras e Eletrobras, com R\$ 91,3 bilhões e R\$ 8,2 bilhões, respectivamente.

Outro volume expressivo de recursos direcionado para os investimentos públicos vem do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estão previstos R\$ 43,5 bilhões para essas iniciativas, sendo a maior parte para habitação, cerca de **R\$ 15,4 bilhões**. Já na área de transportes, estão destinados **R\$ 12,8 milhões** para a construção e adequação de rodovias.

Evolução Despesas do PAC nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade 2007-2011

PAC Infraestrutura	EMPENHADO			PLOA 2010	PLOA 2011
	2007	2008	2009		
Logística	8.733	8.910	11.553	13.795	17.959
Rodovias	6.003	6.617	8.602	8.473	12.698
Aeroportos	565	78	0	280	0
Portos	493	472	800	1.000	912
Ferrovias	1.325	978	1.181	2.924	2.436
TAV - Trem de Alta Velocidade	0	0	0	200	409
Hidroviás e Eclusas	227	326	624	344	489
Demais	120	438	346	573	1.015
Social e Urbana	7.205	8.052	15.263	16.640	25.206
Saneamento	2.396	2.624	3.472	2.721	2.654
Drenagem Urbana	0	61	490	815	369
Habitação	2.154	2.191	2.200	2.244	2.456
PMCMV	0	0	6.000	7.286	12.950
Barragens, Adutoras e Sist. de Abastecimento Água	781	1.007	682	834	568
Integração e Revitalização do rio São Francisco	887	1.281	1.555	1.884	1.836
Metrô e Mobilidade Urbana	373	379	434	396	603
Demais	615	509	430	461	3.770
Energética	226	125	306	435	354
TOTAL GERAL	16.164	17.087	27.123	30.869	43.519

Cabe esclarecermos que parte da programação do PAC envolve a gestão do programa e a realização de estudos, incluindo os de viabilidade econômica e ambiental (cerca de **R\$ 688 milhões**) e, portanto, estão classificados como despesas correntes (Grupo 3). Além desses, os valores alocados para o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) também se enquadram nessa classificação, por se tratarem de subsídios à aquisição da casa própria, no valor de **R\$ 12,9 bilhões**. Para maiores informações acerca do PAC, deve-se acessar o sítio <http://www.brasil.gov.br/pac>.

Os demais investimentos discricionários constantes da proposta para 2011 e que não estão contemplados nas empresas estatais ou no PAC atingem o valor de R\$ 23,5 bilhões, concentrados nas áreas de Educação (R\$ 6,6 bilhões) e Defesa Nacional (R\$ 6,3 bilhões), seguidas das áreas de Ciência e Tecnologia e Saúde (ambas com cerca de R\$ 1,5 bilhão).

Inserir gráfico dos Investimentos Totais – Apresentação do Ministro (pegar com Ernani)

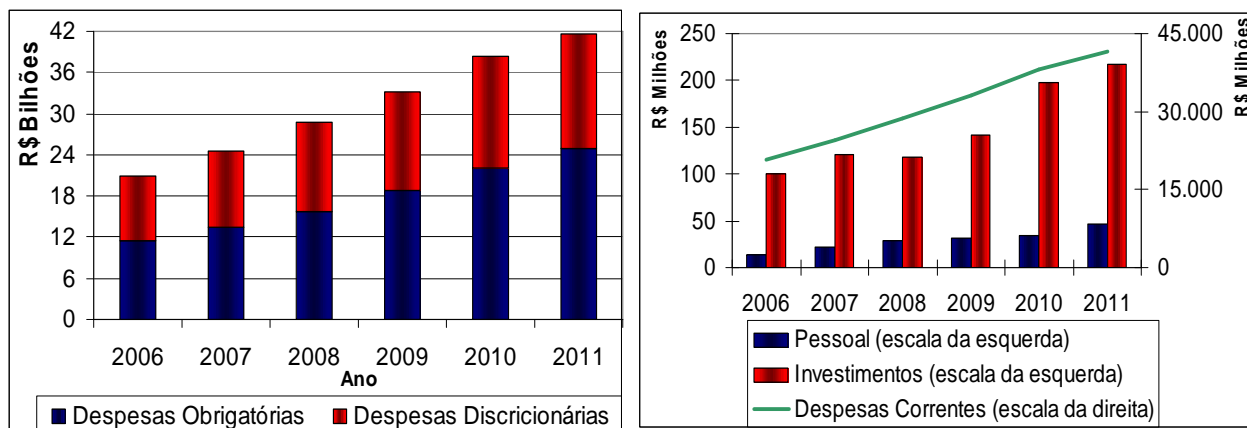
Na próxima seção, apresentaremos o orçamento público federal separado por funções orçamentárias (grandes áreas de despesas), com destaque às programações mais importantes.

Para melhor visualização, elaboramos gráficos contendo a evolução das despesas, considerados os valores gastos de 2006 a 2009, exceto as emendas parlamentares e créditos extraordinários, e os montantes constantes nos PLOAs de 2010 e 2011.

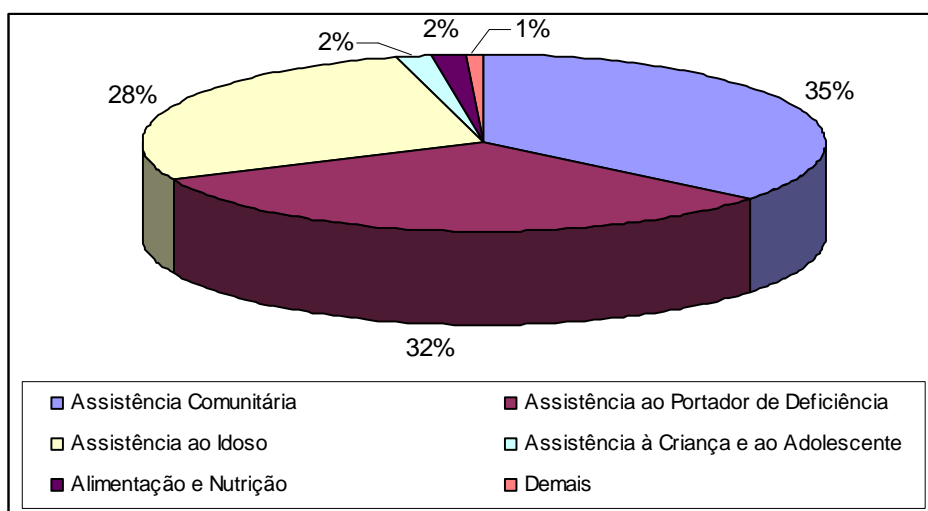
Com objetivo de permitir maior transparência, dividimos as despesas em obrigatórias e discricionárias e algumas áreas em subfunções orçamentárias (subáreas de despesas).

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A função de assistência social é o conjunto das políticas públicas que buscam reduzir a desigualdade social, promover a segurança alimentar e nutricional e ofertar serviços e ações de proteção social. O principal órgão do Governo Federal que executa essas ações é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujas competências e natureza do serviço, assim como sua estrutura organizacional, encontram-se regulamentadas no Anexo I do Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



A Assistência Comunitária tem como principal objetivo a redução da desigualdade social e para essa área estão previstos R\$ 14,9 bilhões, o que representa aproximadamente 35% do total de R\$ 41,7 bilhões a serem gastos em Assistência Social. O Programa Bolsa Família destaca-se por ser a principal política social do Governo Federal com esse propósito. Ele é um programa de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) e extrema pobreza (com

renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00), desde que essas famílias cumpram algumas exigências na área da saúde e da educação.

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$ 22,00 a R\$ 200,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos, resultando uma média de R\$ 92,00. Atualmente, o número de beneficiários varia entre 11,8 milhões e 12,1 milhões de famílias, dependendo de quantas famílias entram e saem do Programa. Para 2011, a previsão é de que o número de beneficiários chegue ao patamar de 12,7 milhões de famílias atendidas.

A área de Alimentação e Nutrição deve receber R\$ 692,6 milhões. Sua responsabilidade é a política de Segurança Alimentar e Nutricional, que é a realização do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade que supram necessidades do organismo. Para tanto, existem diversas ações que abrangem a distribuição gratuita de alimentos em casos de urgência, aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, o auxílio à instalação de equipamentos comunitários (hortas e cozinhas comunitárias, restaurantes populares) para produção e venda de alimentos a baixo custo, e a promoção do acesso à água para consumo humano e para utilização na produção de alimentos ou criação de animais em áreas de clima semiárido (por meio da construção de cisternas).

Em relação à proteção social, que prevemos recursos da ordem de R\$ 757,1 milhões, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) engloba as ações e serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com ações de assistência ao portador de deficiência, idoso, criança, adolescente, entre outros.

Além dos serviços disponibilizados, a Proteção Social Básica também envolve a garantia de renda aos idosos e pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza, por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em 2011, a previsão é atender aproximadamente 2 milhões de pessoas com deficiência e cerca de 1,7 milhão de idosos, o gasto total representa cerca de R\$ 23 bilhões.

Já a Proteção Social Especial é dividida em dois níveis, a saber:

a) média complexidade: as ações destinadas a situações onde os direitos do indivíduo e da família foram violados, mas ainda há vínculo familiar e comunitário. Por exemplo, as ações de erradicação do trabalho infantil, que retira do trabalho crianças com idades 0 e 16 anos, é um serviço de média complexidade, e exige uma estrutura técnica e operacional maior do que aquela utilizada na proteção básica, com atendimento individualizado e acompanhamento sistemático; e

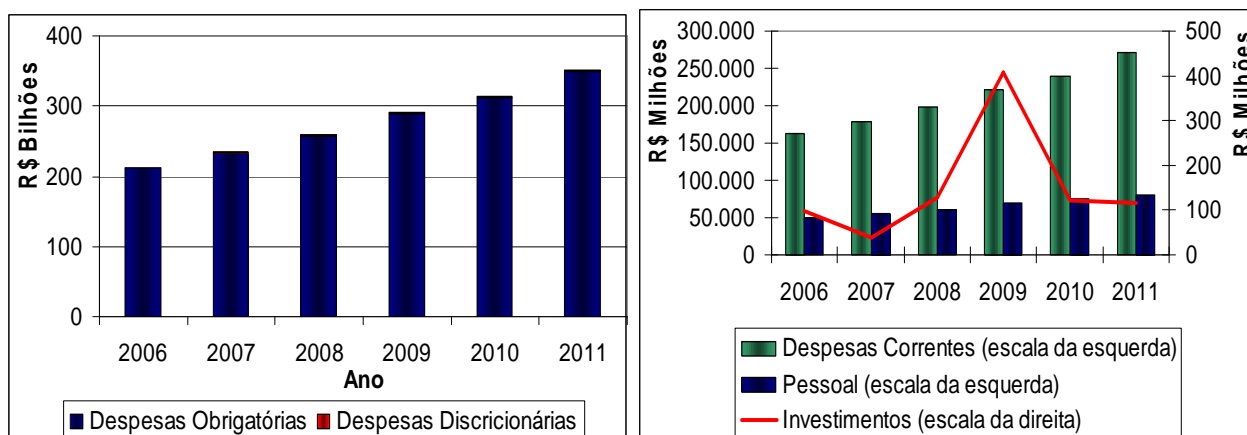
b) alta complexidade: atende a casos em que houve violação de direitos e rompimento do vínculo familiar. Garante-se proteção integral - moradia, alimentação, trabalho - para quem está em situação de ameaça, necessitando deixar o núcleo familiar ou comunitário. Abrigos e albergues são alguns exemplos de serviços de proteção social de alta complexidade. O Sentinela, programa que combate a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes, é também de alta complexidade.

Esses serviços são geralmente prestados pelos Municípios nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas). Atualmente, o Governo Federal apoia o funcionamento de 3.920 Cras e 1.054 Creas, em 1.230 Municípios, repassando recursos mensalmente aos fundos municipais de assistência.

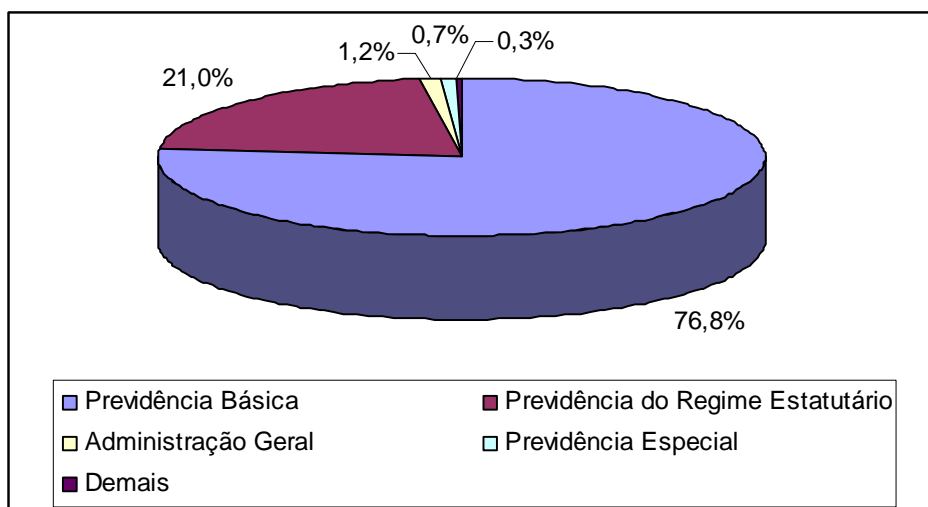
PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é o seguro social para a pessoa que contribui. Esse seguro garante a renda ao contribuinte em caso dos eventos de doença, invalidez, idade avançada, morte, desemprego involuntário, maternidade e reclusão.

O Ministério da Previdência Social é o órgão do Governo Federal responsável por essa política, e para isso conta com as Secretarias de Políticas de Previdência Social e de Políticas de Previdência Complementar, os Conselhos Nacional de Previdência Social, de Recursos da Previdência Social e de Gestão de Previdência Complementar e as entidades vinculadas: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



A Constituição dividiu o sistema de previdência social de duas formas: uma obrigatória e a outra facultativa. A previdência social obrigatória é formada pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). No gráfico aparece como Previdência Básica e deve receber R\$ 269,6 bilhões (aproximadamente 77% do total de R\$ 351,1 bilhões da Previdência Social). Esse tipo de previdência atende ao setor privado (empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos e trabalhadores rurais) e aos funcionários públicos celetistas (aqueles contratados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT). Esse sistema é gerenciado pelo INSS e os benefícios são pagos diretamente aos segurados por meio de transferências bancárias.

A previdência social obrigatória ainda é formada pelo Regime de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). No gráfico aparece com o nome de Previdência do Regime Estatutário e devem ser alocados R\$ 73,9 bilhões (aproximadamente 21% do total da Previdência Social) para esse sistema. Esse é o regime assegurado aos servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e de 1.900 Municípios. Os demais Municípios mantêm a vinculação de seus servidores públicos ao RGPS.

A outra forma de previdência social é a previdência facultativa, que tem administração privada e, por isso, não aparece no orçamento público. Por ter caráter complementar ao regime de previdência oficial, a previdência facultativa é também conhecida como Previdência Complementar (PC). Pode funcionar de diversas formas, destacando-se os fundos patrocinados por empregadores e a previdência complementar associativa.

O RGPS e o RPPS são autônomos, paralelos, com orçamentos separados e legislação específica para cada um deles. A PC pode atender a quaisquer desses Regimes.

A parcela “Administração Geral” do gráfico refere-se aos valores gastos com o funcionamento do Ministério da Previdência Social e todos os demais órgãos vinculados a ele, principalmente a rede de atendimento do INSS. A previsão para esses valores no PLOA 2011 é de R\$ 4,1 bilhões (aproximadamente 1% do total da Previdência Social).

Além disso, o armazenamento, processamento e tratamento dos dados de todos os milhões de beneficiários do RGPS são feitos pela Dataprev, contratada pelo INSS. Esse contrato inclui também o processamento da folha de pagamentos dos benefícios e a conferência do Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis) com os dados da arrecadação de receitas previdenciárias, mediante a manutenção do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e a da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). As despesas com a Dataprev devem se aproximar de R\$ 521,0 milhões em 2011.

Outra despesa significativa é o Plano de Expansão de Agências, que pretende instalar uma agência do INSS em todas as cidades do País, com mais de 20 mil habitantes, proporcionando melhor comodidade, conforto e segurança aos segurados desse Instituto. A previsão é de instalação de 720 novas agências. Os recursos para a instalação de agências em 2011 solicitados pelo INSS gira em torno de R\$ 20,0 milhões.

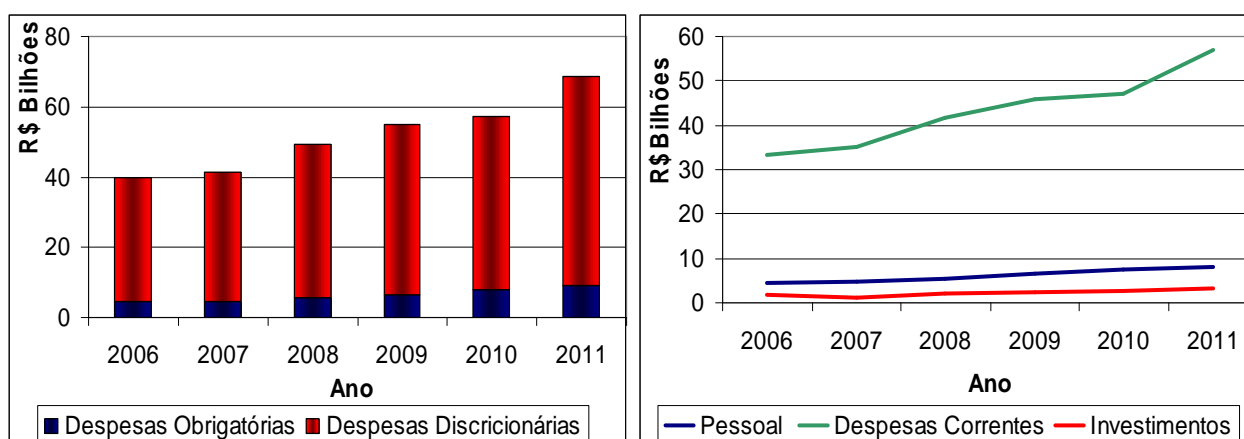
Por fim, a área de Previdência Especial refere-se ao pagamento de benefício concedido ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para ter direito à aposentadoria especial, o trabalhador deverá comprovar, além do tempo de serviço, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais pelo período exigido para a concessão do benefício (15, 20 ou 25 anos). Além disso, a exposição aos agentes nocivos deverá ter ocorrido de modo habitual e permanente, não ocasional nem intermitente. O valor no PLOA 2011 a ser gasto com o pagamento desses benefícios, além de reparação de violações e defesa dos direitos humanos, é de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões (1% do total).

SAÚDE

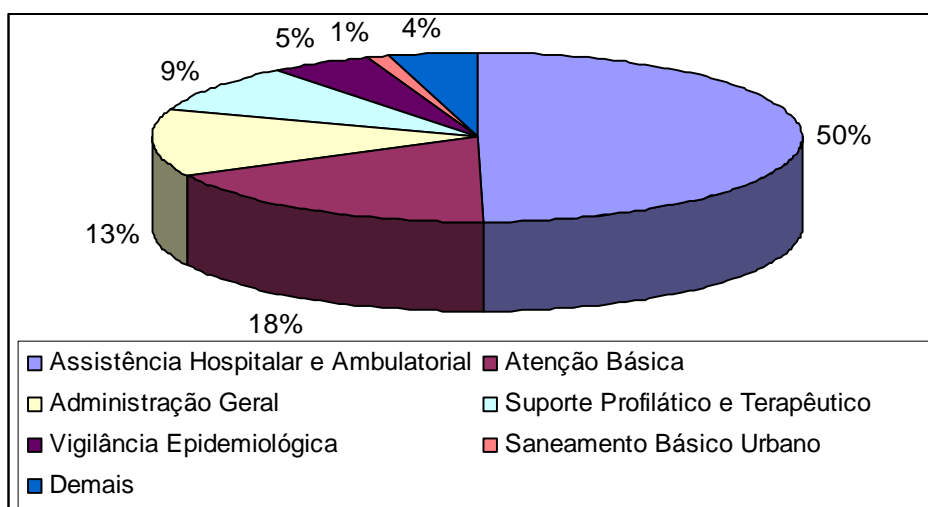
A área Saúde está prevista na Constituição no *caput* do art. 196: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A política pública de saúde no Brasil é efetivada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual compreende um conjunto organizado e articulado de ações e serviços, que aglutina instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal, além das instituições privadas contratadas ou conveniadas em caráter complementar.

Vale ressaltarmos que a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, determina que os gastos com a Saúde na União devam receber incrementos anuais conforme a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Do montante total de 68,5 bilhões de reais que estão previstos para 2011, destinados para a Saúde, R\$ 34,1 bilhões (aproximadamente 50%) vão para a área de Assistência Hospitalar e Ambulatorial. Nessa área, 99% dos recursos, ou seja, R\$ 33,8 bilhões, vão para a Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, na qual se destacam os procedimentos de média e alta complexidade (recursos em grande parte repassados para Estados e Municípios), a atenção pré-hospitalar, baseada no Serviço Móvel de Urgência (Samu 192), e as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que são unidades de urgência de baixa e média complexidade.

Em termos da área de Atenção Básica, são destinados R\$ 12,1 bilhões (18%). Um volume expressivo desses recursos será aplicado no Piso de Atenção Básica, a fim de garantir aos Municípios um valor *per capita*, que varia de R\$ 10,00 a R\$ 18,00, repassado pelo Governo Federal.

Na área de Administração Geral, serão alocados R\$ 8,9 bilhões (13%), e a maior parte é para o pagamento de pessoal ativo, ficando o restante para a manutenção dos diversos órgãos públicos e entidades vinculadas ao Ministério da Saúde.

Já na área de Suporte Profilático e Terapêutico, serão aplicados R\$ 6,3 bilhões (9%). A maior parte desses recursos vai para a Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, para a aquisição e distribuição de medicamentos. A previsão é de que sejam utilizados R\$ 5,7 bilhões.

Nota: Entre os medicamentos básicos que são fornecidos pela rede SUS, destacam-se aqueles para o controle da hipertensão e dos diabetes. No rol dos medicamentos estratégicos, encontram-se os destinados às doenças sexualmente transmissíveis (DST) distribuídos pelo Programa Nacional de DST e Aids, disponibilizados a mais de 190 mil pacientes. Há ainda a distribuição na rede do SUS de medicamentos para outras doenças transmissíveis como tuberculose, malária e hanseníase, entre outras.
--

De suma importância é o Programa da Farmácia Popular, que fornece 108 medicamentos, além de preservativo masculino, com valor de custo (redução de até 90% do valor quando comparados com drogarias e farmácias privadas). O programa também opera na modalidade de coparticipação (o governo financia uma parte e a outra, o cidadão). Em 2011, este Programa contará com um orçamento de R\$ 607,2 milhões.

No Programa Nacional de Imunização (PNI), o Calendário Básico de Vacinação passará a ter 13 tipos de vacinas para proteger contra 19 doenças. Duas novas vacinas serão incluídas em 2010 e estarão disponíveis na rede pública de saúde. A oferta total do PNI, considerando as imunizações especiais, passa a ser de 28 tipos de vacinas. Para preservar esses avanços, é indispensável manter a continuidade dos esforços, para isso serão aplicados R\$ 1,5 bilhão.

Também serão investidos R\$ 3,4 bilhões (5%) na área de Vigilância Epidemiológica, quase a totalidade desses recursos serão destinados à Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos.

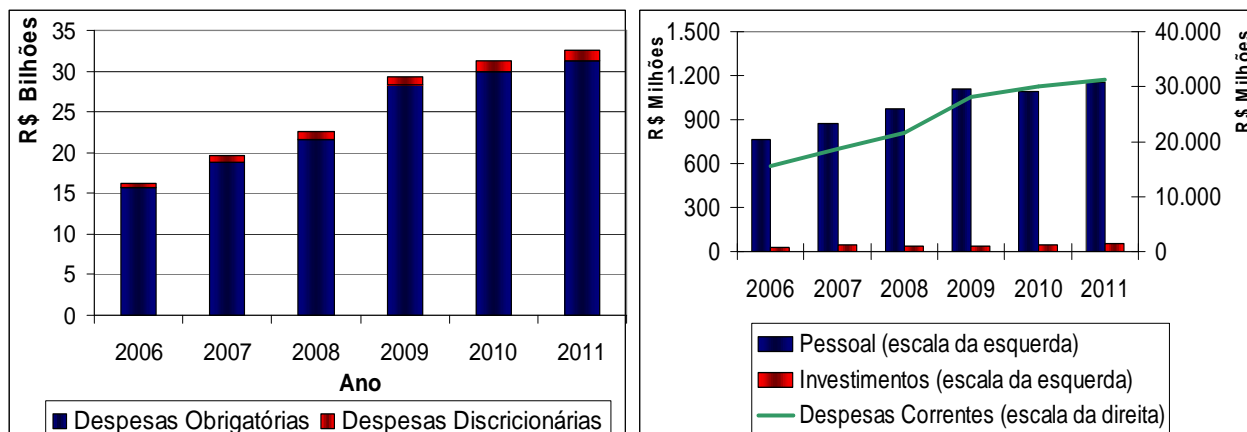
Há recursos ainda para a assistência odontológica, que registrou expressiva expansão a partir da implementação do Programa Brasil Sorridente. Para 2011, haverá destinação orçamentária de R\$ 113,0 milhões, com a finalidade de manutenção dos Centros de Especialidade Odontológica (CEOs), cujo número total de unidades chegará a 1.150.

Na área de Saneamento Básico Urbano, serão investidos R\$ 837 milhões, com destaque para a implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Municípios de até 50 mil habitantes.

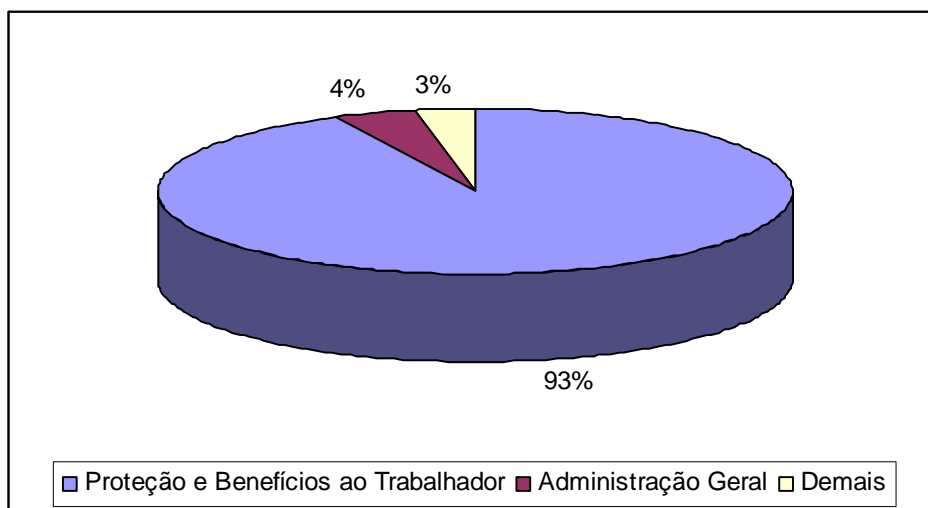
Há outras áreas importantes que estão agrupadas no item Demais do gráfico, tais como a assistência à saúde dos povos indígenas e a destinação de recursos à área de Saneamento Básico Rural.

TRABALHO

O Ministério do Trabalho e Emprego é o encarregado na esfera federal da elaboração e implementação de políticas e diretrizes relacionadas à geração de emprego e renda e ao mercado de trabalho. Entre as suas competências, destacam-se, além da questão da geração de emprego e renda, já citada, a fiscalização das relações de trabalho, a formação e desenvolvimento profissional e a segurança e saúde no trabalho.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Dos R\$ 32,5 bilhões que serão destinados a Trabalho, R\$ 30,1 bilhões (93%) foram direcionados para a área de Proteção e Benefícios ao Trabalhador. As prioridades dessa área são os pagamentos do Abono Salarial e do Seguro-desemprego.

No que diz respeito ao pagamento do Abono Salarial, são beneficiados, no valor de um salário mínimo, todos os trabalhadores cadastrados no PIS/PASEP há pelo menos 5 anos, cuja remuneração mensal, no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos e com

pelo menos 30 dias de trabalho. Para 2011 estimamos atender 18,2 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 9,8 bilhões.

Vale destacarmos, também, o pagamento do Seguro-desemprego, que é uma proteção temporária do trabalhador. É um importante benefício de manutenção de renda, quer por desemprego sem justa causa, quer por resgate do trabalhador em trabalho análogo à escravidão, por interrupção de sua atividade produtiva ou pela interrupção da atividade de seu empregador. Para 2011, está previsto um total de 7,8 milhões de trabalhadores que serão contemplados pelo Seguro-desemprego, com custo de R\$ 20,2 bilhões.

Na área de Administração Geral, serão utilizados R\$ 1,4 bilhão (4%) para a manutenção das diversas unidades do Ministério do Trabalho e Emprego, inclusive as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) nos Estados.

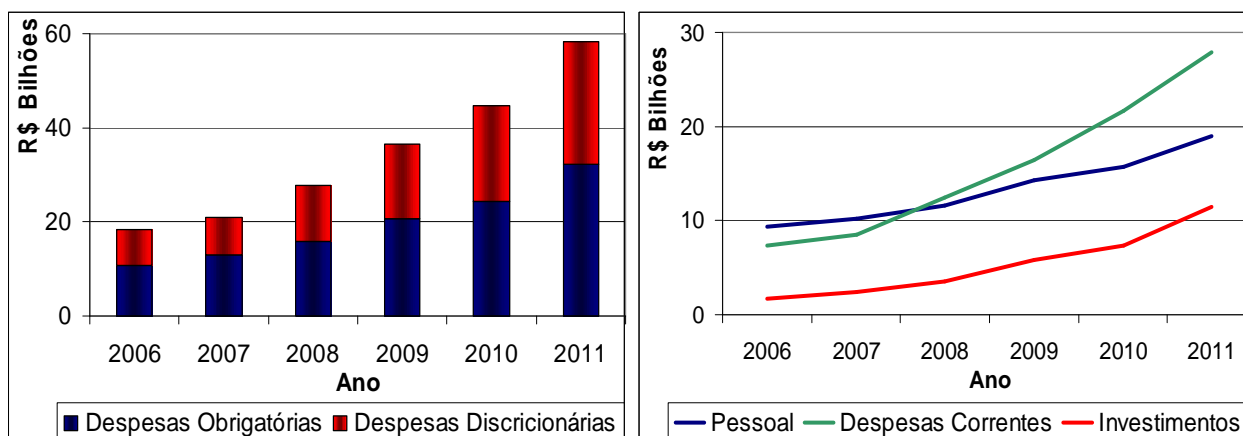
Há outras áreas importantes que estão agrupadas no item Demais, tais como a destinação de recursos para a qualificação social e profissional, principalmente a qualificação dos jovens a fim de colocá-los no mundo do trabalho por meio do ProJovem Trabalhador. Este programa tem como público-alvo jovens entre 18 e 29 anos, com o ensino fundamental concluído, em situação de desemprego e que são membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo. Os participantes recebem um auxílio no valor de R\$ 600,00 (em seis parcelas de R\$ 100,00), mediante comprovação da frequência aos cursos de qualificação.

EDUCAÇÃO

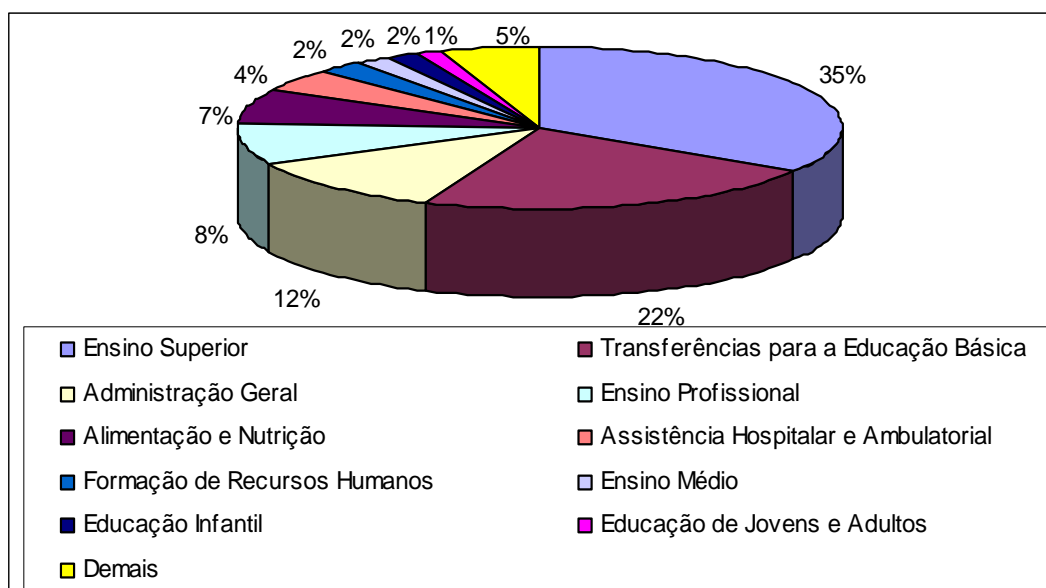
O tema Educação está explícito na Constituição no *caput* do art. 205: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Ministério da Educação é o órgão responsável pela política educacional brasileira em nível federal. Nesse sentido, além de apoiar os sistemas de ensino estaduais e municipais, mantém as redes federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior e os Hospitais de Ensino Federais.

Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com as seguintes prioridades: promover a educação básica de qualidade para todos com elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); expandir a educação profissional com a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a serem implantados em cidades de referência regional, de maneira a contribuir para o desenvolvimento das comunidades próximas e a combater o problema da falta de professores em disciplinas como física, química e biologia; e dotar as Universidades Federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior, tendo como principal ferramenta o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Dos R\$ 56,7 bilhões que serão destinados ao tema Educação, R\$ 18,9 bilhões serão para as despesas com pessoal, uma vez que a área conta com expressiva mão de obra qualificada. São professores, assistentes, agentes de educação, entre outros, que permeiam essa área do governo, por isso o montante dos recursos para pessoal em educação é elevado.

De forma global, serão alocados R\$ 19,3 bilhões (35%) para o Ensino Superior. As prioridades dessa área são voltadas aos cursos de graduação, concessão de financiamento a estudantes do ensino superior não gratuito, expansão das universidades federais existentes, entre outros.

Na área de Transferência para Educação Básica, serão alocados R\$ 12,5 bilhões (22%). Estão previstos recursos para, entre outros, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) com R\$ 1,5 bilhão e o transporte escolar com R\$ 1,0 bilhão, dos quais, R\$ 644,0 milhões para a manutenção da frota existente por meio do Programa de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e R\$ 380,0 milhões para a compra de novos veículos por meio do Pnate-Caminho da Escola. Todos caracterizam apoio direto do Governo Federal às escolas dos Estados e Municípios.

Na área de Alimentação e Nutrição, o destaque é o apoio à alimentação escolar na educação básica, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O Governo tem envidado esforços para melhorar a qualidade da alimentação escolar aumentando regularmente o valor *per capita*. Em 2011, traz um acréscimo de R\$ 1,0 bilhão para a merenda escolar em relação a 2010, com a previsão de recursos de R\$ 3,2 bilhões para o atendimento de, aproximadamente, 47 milhões de estudantes.

Na área de Administração Geral, serão alocados R\$ 6,7 bilhões (12%) para o suporte das ações relacionadas à educação e ao gerenciamento das políticas de ensino.

Na área de Ensino Profissional, prevemos R\$ 4,6 bilhões (8%), com destaque para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs).

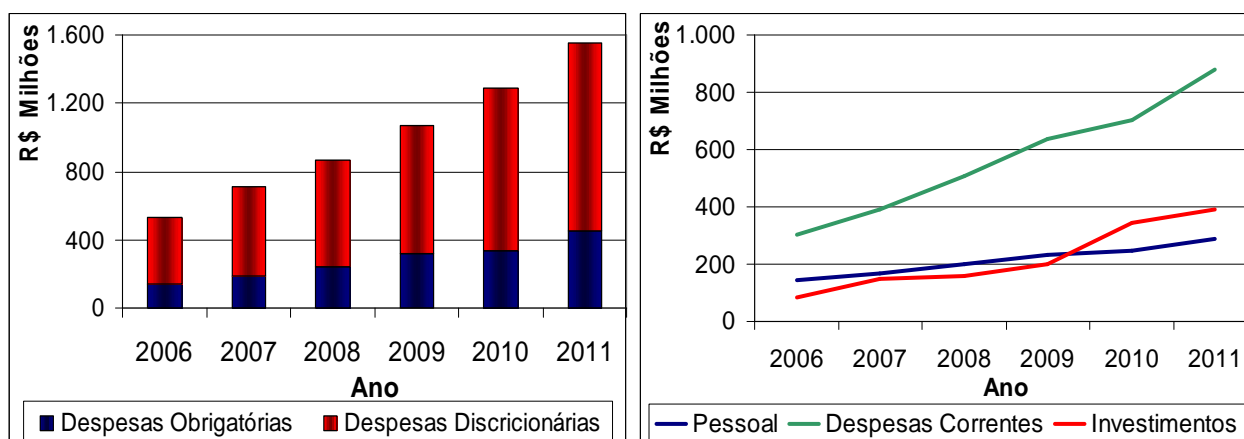
Além disso, foram destinados R\$ 2,5 bilhões (4%) para Assistência Hospitalar e Ambulatorial dos hospitais de ensino, – R\$ 1,3 bilhão (2%) para Formação de Recursos Humanos, com destaque para a concessão de bolsa de incentivo à formação de professores, R\$ 1,1 bilhão (2%) ao Ensino Médio, R\$ 952,9 milhões ao Ensino Infantil e R\$ 794,7 milhões à Educação de Jovens e Adultos.

Há outras áreas importantes que estão agrupadas no item Demais do gráfico, tais como a disponibilização de infraestrutura de tecnologia da informação para a educação pública, ou mesmo recursos para o fomento à pós-graduação, entre outros.

CULTURA

A área Cultura também está prevista na Constituição no *caput* do art. 215: o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

O órgão responsável para executar essa política é o Ministério da Cultura, que tem como área de competência a política nacional de cultura; a proteção do patrimônio histórico e cultural; e presta assistência e acompanhamento junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) naquelas ações de regularização fundiária para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Área	R\$ Milhões PLOA 2011
Difusão Cultural	535,9
Pessoal Ativo	287,2
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	253,5
Promoção Comercial	129,5
Demais	349,6

As prioridades da área de Difusão Cultural são a instalação de espaços culturais, o fomento a projetos culturais, a modernização de espaços culturais (pontos de cultura, que são um meio de promover, ampliar e garantir o acesso da sociedade aos meios de fruição, produção e difusão cultural, visando à constituição de uma rede de articulação de iniciativas culturais), a instalação de bibliotecas públicas, entre outros.

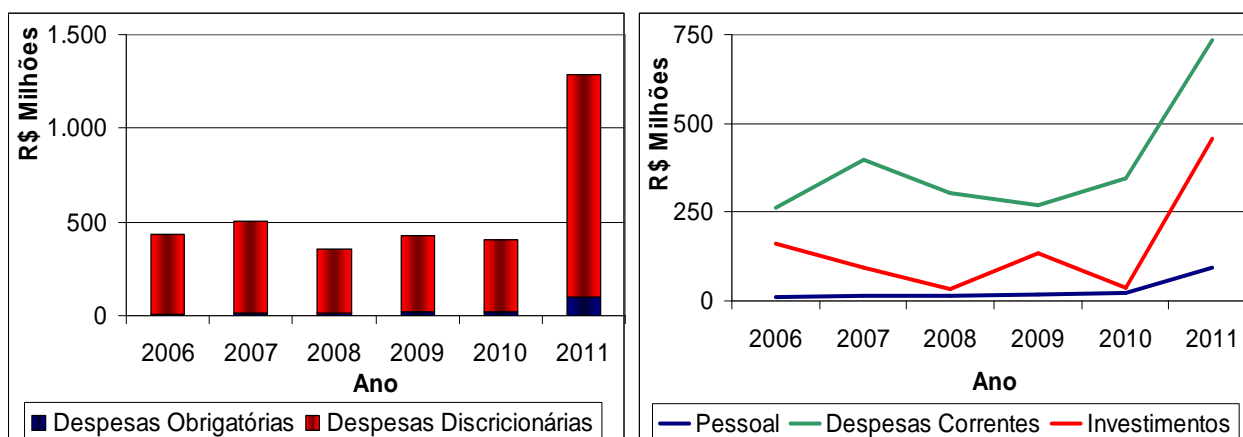
Na área de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, serão alocados R\$ 253,5 milhões. Aqui estão previstas ações para a preservação de acervos culturais e a recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro (Projeto Monumenta).

Na área de Promoção Comercial, serão R\$ 129,5 milhões, com destaque para os investimentos no setor audiovisual. Importante, ainda, mencionarmos o Programa Cinema Perto de Você, que tem como objetivo financiar a instalação de salas de cinema em cidades com mais de 100 mil habitantes.

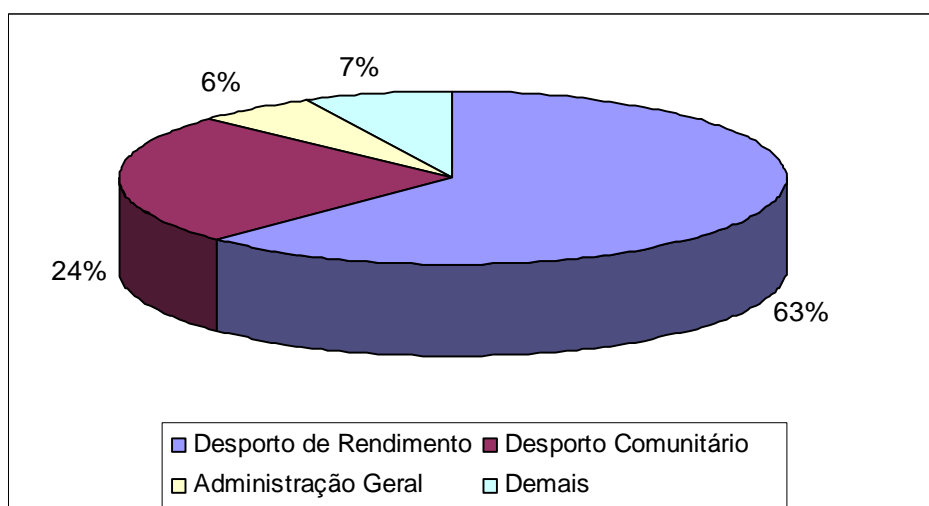
DESPORTO E LAZER

O Ministério do Esporte tem como missão universalizar o acesso ao esporte e lazer e promover a participação da população em todas as dimensões do esporte, como direito social, colaborando para o desenvolvimento humano e contribuindo para o crescimento do Brasil no cenário esportivo.

A ação do Ministério do Esporte é estruturada a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, o qual possui quatro eixos: inclusão social pelo esporte e lazer; qualificação do esporte de rendimento; ampliação da infraestrutura esportiva; e promoção de grandes eventos esportivos.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Do valor total de R\$ 1,3 bilhão destinado para o tema Desporto e Lazer, R\$ 804,6 (63%) foram alocados para a área de Desporto de Rendimento, destacando-se a concessão de bolsas a atletas, visando garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento, que não possuem patrocínio, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e participem em competições visando ao desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva.

Na área de Desporto Comunitário foram alocados R\$ 313,9 milhões (24%). A prioridade dessa área é o Programa Segundo Tempo, que objetiva democratizar o acesso à prática esportiva por meio de atividades a serem realizadas no contraturno escolar, de caráter complementar, com finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade social, portadores de necessidades especiais e jovens que estão fora da escola, para possibilitar a inclusão no ensino formal.

Para a área de Administração Geral serão R\$ 74,7 milhões (6%) voltados à manutenção do Ministério do Esporte, assim como as despesas com pessoal.

No que diz respeito à Copa 2014, a previsão é de R\$ 132 milhões para 2011, a fim de permitir que o Ministério do Esporte, junto com o Comitê de Responsabilidade da Copa 2014, implemente o modelo de governança, estruturado por câmaras temáticas para gestão das atividades que culminarão na elaboração e implementação do plano estratégico para a Copa. Será ainda desenvolvido um Portal de Informações de monitoramento dos empreendimentos necessário ao acompanhamento das ações a serem desenvolvidas pelas três esferas de governo.

Já para a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, prevemos R\$ 605,6 milhões, a serem empregados mediante a constituição do Comitê Gestor de Ações Interministeriais e da Autoridade Pública Olímpica, um consórcio público que está sendo criado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, e ainda a criação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem e a Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016.

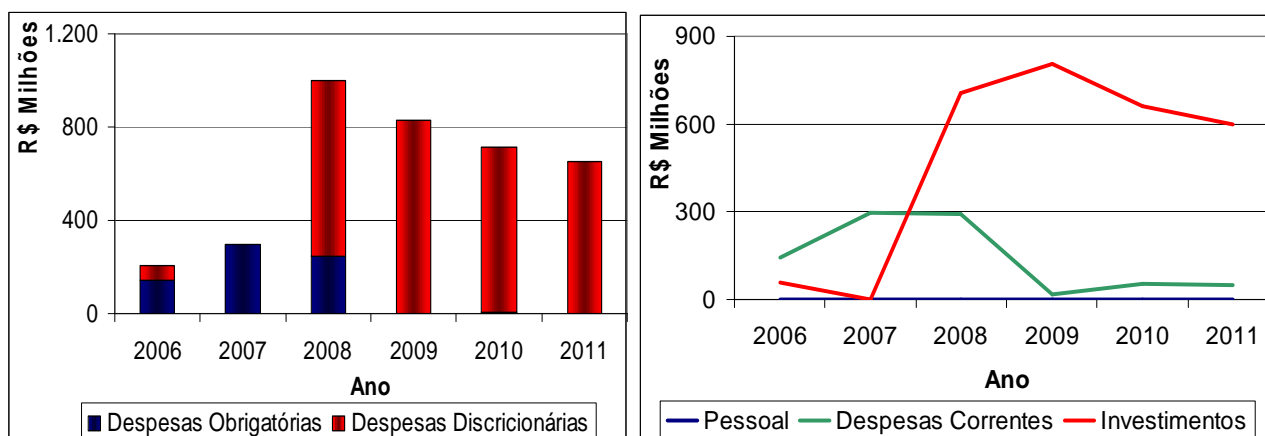
Há outras áreas importantes que estão agrupadas no item Demais do gráfico, tais como a gestão da política de esportes, ou mesmo recursos para gerar renda em comunidades com risco social e nos presídios por meio da produção de material esportivo, os quais serão utilizados para apoiar os programas sociais e esportivos do próprio órgão. Essas ações são mais conhecidas como Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade.

HABITAÇÃO

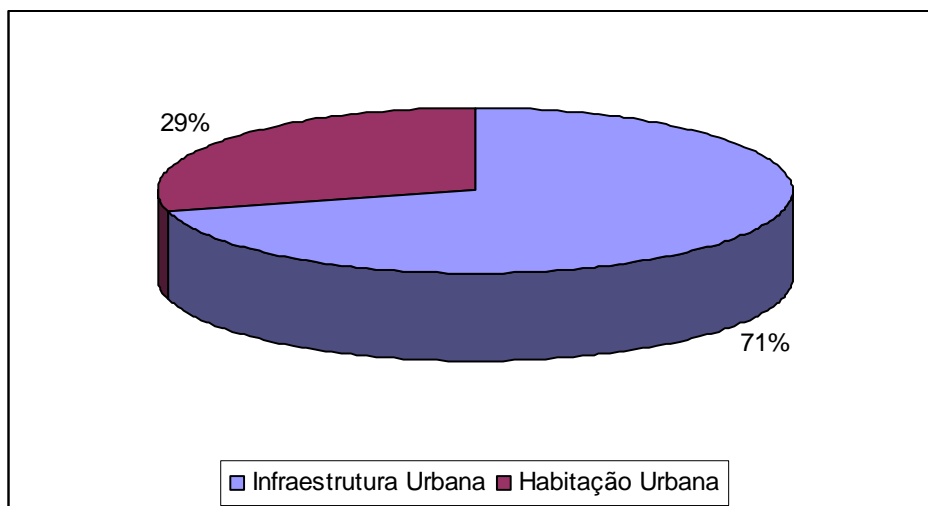
O Ministério das Cidades tem por atribuição desenvolver políticas de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbanos, além de ações de infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Em relação à execução da política de habitação, esse Ministério conta com a Secretaria Nacional de Habitação (SNH), responsável por acompanhar e avaliar, além de formular e propor os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação, com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia.

Além da SNH, há o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que centraliza os recursos dos programas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de Habitação de Interesse Social, inseridos no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Dos R\$ 651 milhões para Habitação, R\$ 461 milhões (71%) foram alocados para apoiar a melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários, enquanto os demais R\$ 190 milhões (29%) para o provimento de habitações populares, inclusive com subsídios.

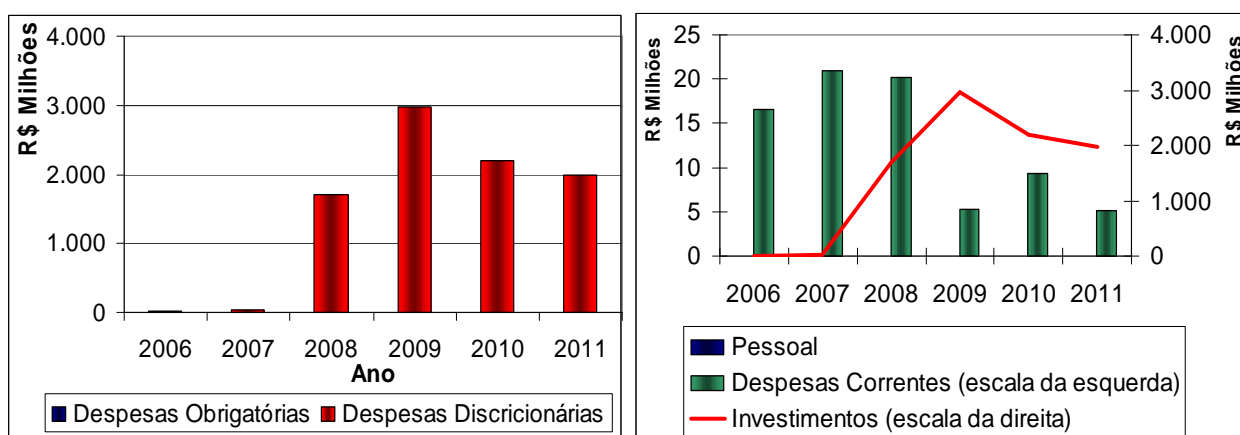
No que concerne à política habitacional, algumas inovações marcam o período que se iniciou em 2007, como a inclusão da urbanização de favelas entre os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ampliação das ações do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), com a criação da Produção Social de Moradia em 2008, e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009.

Entre as principais obras no setor habitacional que têm conclusão prevista para 2011, destacamos: a urbanização da favela de Paraisópolis em São Paulo, no Estado de São Paulo, com a produção de 2.544 unidades habitacionais, que beneficiarão 22,5 mil famílias; a requalificação urbana do vale do Ribeirão Arrudas em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, com a construção ou aquisição de 957 unidades habitacionais para 16,6 mil famílias; a urbanização de favela de Heliópolis em São Paulo, no Estado de São Paulo, com a produção de 1.427 unidades habitacionais para 15,6 mil famílias; a urbanização do Vale do Reginaldo em Maceió, no Estado de Alagoas, com a construção de 1.512 novas moradias para 7 mil famílias; e a construção de 2.468 unidades habitacionais em Arroio Cadena e Vacacaí-Mirim, em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, que beneficiarão 8,4 mil famílias.

SANEAMENTO

O principal órgão responsável por executar a política de Urbanismo é o Ministério das Cidades, que tem por atribuição desenvolver políticas de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbanos, além de ações de infraestrutura e desenvolvimento urbano.

A execução dessas políticas no âmbito daquele Ministério está a cargo da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), que tem como objetivo promover um significativo avanço, no menor prazo possível, rumo à universalização do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta, tratamento e disposição final), além do adequado manejo de águas pluviais urbanas, com o consequente controle de enchentes.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Do total de R\$ 1,98 bilhão para Saneamento, quase a totalidade, R\$ 1,97 bilhão (99%), será alocada para a área de Saneamento Básico Urbano. A prioridade dessa área é a implantação e melhoria de sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem urbana e de resíduos sólidos.

No Esgotamento Sanitário, está previsto o aumento da coleta e do tratamento de resíduos, com ênfase na proteção dos mananciais de abastecimento público. No Abastecimento de Água, pretende-se combater o déficit hídrico urbano, mediante reforço da produção e redução de perdas. Já a Drenagem terá como objetivo o controle do escoamento de águas da chuva nas áreas urbanas com enchentes e inundações recorrentes, mediante a construção de piscinões (reservatórios de amortecimento, recuperação de várzeas), parques lineares, dragagem de cursos d'água para redução do assoreamento, retificação e canalização.

Entre as obras de saneamento com conclusão programada para 2011, destacamos: o abastecimento de água em Salvador, no Estado da Bahia, o que beneficiará 69,1 mil famílias; o saneamento integrado no Complexo de Manguinhos, no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para 12 mil famílias; o esgotamento sanitário em Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, para 23 mil famílias; e o abastecimento de água no Distrito

Federal e Entorno – Sistema Corumbá Sul, que prevê construção de estação de tratamento de água, reservatórios e adutoras, beneficiando 230 mil famílias.

URBANISMO

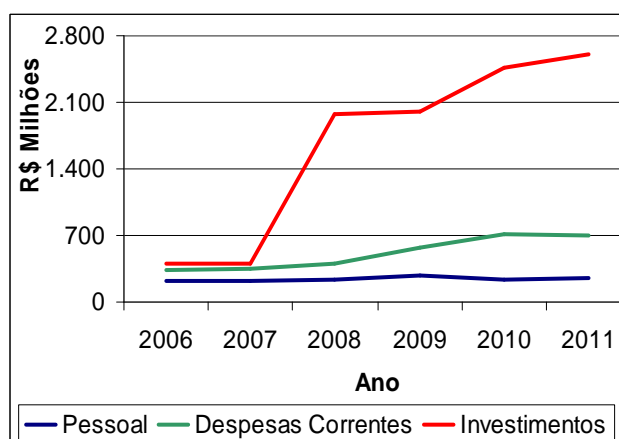
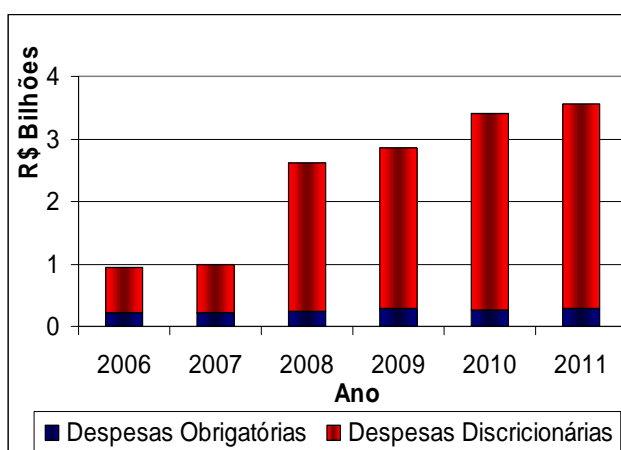
O principal órgão responsável pela execução da política de Urbanismo é o Ministério das Cidades, por meio de duas Secretarias: a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob), que tem por finalidade formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, e a Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), que tem como missão estimular, articular e apoiar uma rede de parceiros, por meio de processos participativos e democráticos.

Além das Secretarias, há também duas empresas e um fundo que tratam desse tema: a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) e o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

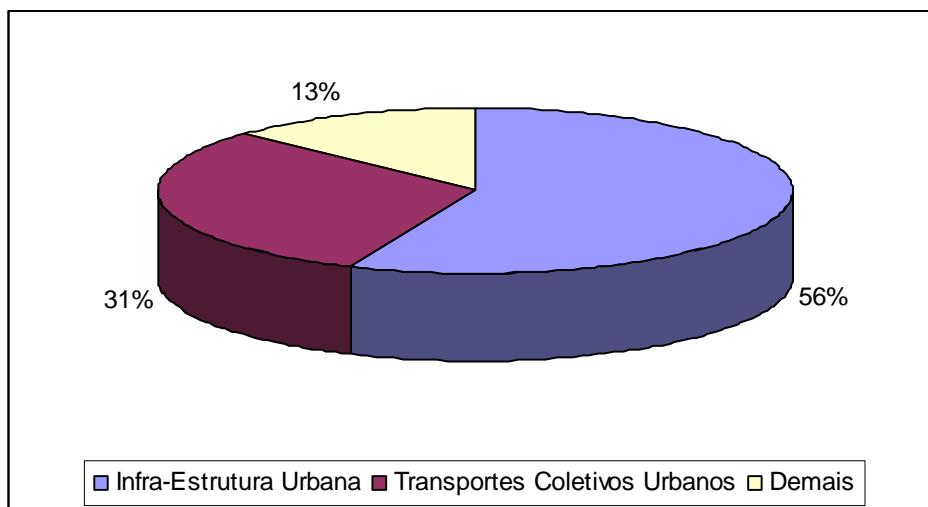
A CBTU foi criada para coordenar a implantação e operação dos trens urbanos e metrô de superfície nas grandes cidades brasileiras. Atualmente, é responsável pelo transporte de passageiros sobre trilhos nos sistemas de Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal e participa nos projetos de implantação dos metrô de Fortaleza e Salvador.

A Trensurb, por sua vez, foi criada para implantar e operar uma linha de trens urbanos no eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e atender, diretamente, as populações dos Municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Há também o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), que tem por finalidade custear as despesas do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), relativas à operacionalização da segurança e educação no trânsito.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Dos R\$ 3,6 bilhões para Urbanismo, R\$ 2,0 bilhões (56%) foram alocados para o apoio à urbanização de assentamentos precários.

Na área de Transportes Coletivos Urbanos, será alocado R\$ 1,1 bilhão (31%), com o objetivo de implantar e operacionalizar os sistemas de transporte metroviário (Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre).

Estão previstos, para 2011, o início da substituição do Sistema Automático de Controle de Trens e a aquisição de novas composições do sistema de Belo Horizonte; a aquisição de 15 Trens Unidade Elétrica na Linha Sul do sistema de Recife; a conclusão da Linha Sul do sistema de Fortaleza; a modernização do trecho Calçada-Paripe, que se encontra com avanço no cronograma físico, no sistema de Salvador; a continuidade das obras de extensão de São Leopoldo a Novo Hamburgo, no sistema de Porto Alegre; além do sistema aeromóvel, trem suspenso que ligará o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, ao sistema metroviário da região.

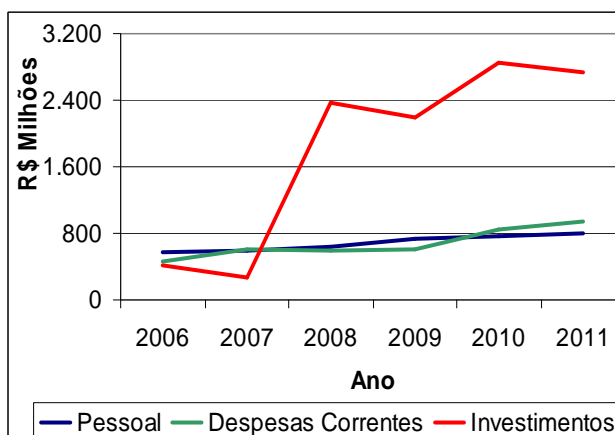
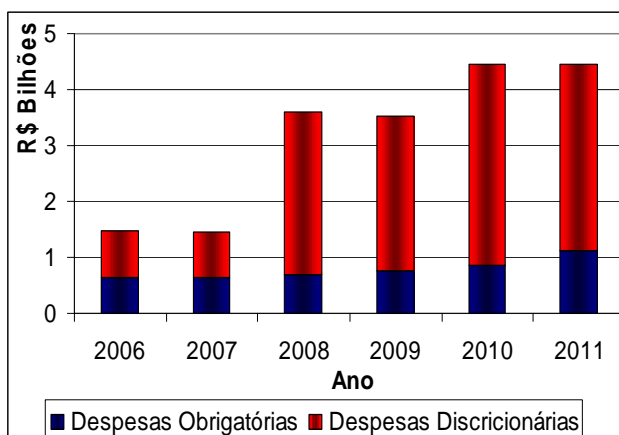
Destacamos, também, o lançamento de amplo programa de investimentos em ações que visem aprimorar a mobilidade nas cidades que receberão os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, tais como os Sistemas de Ônibus Rápidos (BRT), corredores expressos de transporte, mon trilhos e sistema leve sobre trilhos.

GESTÃO AMBIENTAL

A Gestão Ambiental está prevista no *caput* do art. 225 da Constituição: todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.

O órgão responsável para executar essa gestão é o Ministério do Meio Ambiente, cuja missão é promover a ação de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas. Sua competência abrange, entre outras, a política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos e a política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas.

Entretanto, por conta de obras importantes que objetivam criar condições reais de desenvolvimento sustentável e autônomo na Região Nordeste, principalmente em seu semiárido, o Ministério da Integração Nacional, na área de Recursos Hídricos, também tem participação de forma transversal, por meio do Programa de Integração do Rio São Francisco (PISF).



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Área	R\$ milhões PLOA 2011
Recursos Hídricos	2.554,7
Pessoal Ativo	800,9
Preservação e Conservação Ambiental	362,9
Controle Ambiental	86,9
Demais	660,2

A área de Recursos Hídricos recebeu R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão está destinado ao PISF, também conhecido como integração das águas do São Francisco, que pretende levar água para as bacias Brígida, Terra Nova, Pajeú, Moxotó, Bacias do Agreste Pernambucano, Jaguaribe, Metropolitanas do Ceará, Apodi, Piranhas-Açu, Paraíba e Piranhas por meio de dois eixos de integração: leste e norte. Ademais, também serão desenvolvidos projetos visando à construção de açudes, barragens e canais adutores em diversas localidades do Brasil, com vistas a aumentar a oferta e o acesso à água para consumo e produção.

Na área de Preservação e Conservação Ambiental, cabe salientarmos a implementação da Política Nacional de Mudança do Clima, em especial mediante a criação do Fundo Nacional de Mudança Climática, com a finalidade de apoiar ou financiar empreendimentos com vistas à mitigação e/ou adaptações da mudança do clima.

Na área de Controle Ambiental, são desenvolvidas ações de combate a incêndios e queimadas florestais a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

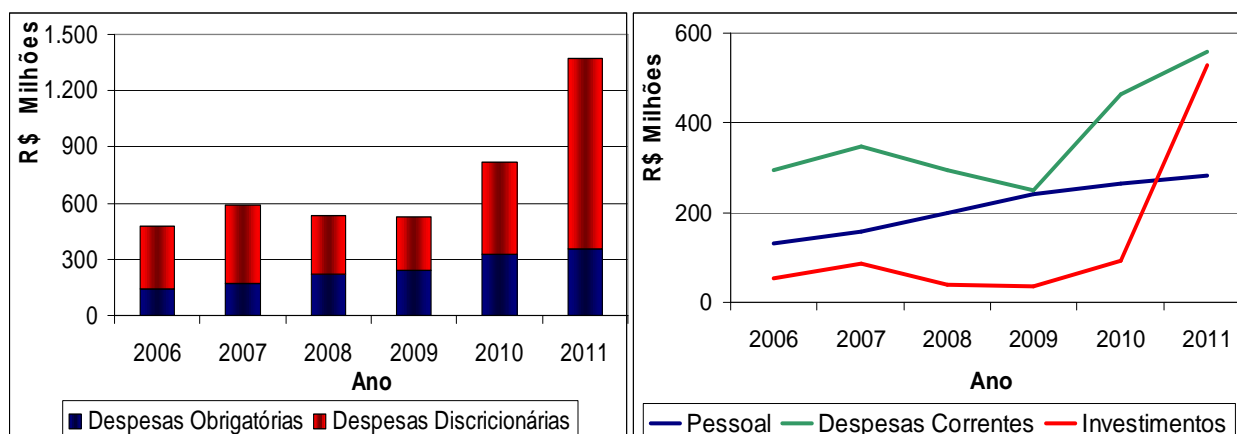
No item Demais, estão classificadas outras ações finalísticas, além da manutenção das unidades de conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como a manutenção dos outros órgãos do Ministério do Meio Ambiente.

COMUNICAÇÕES

O Ministério das Comunicações tem as competências relacionadas à política nacional de telecomunicações e de radiodifusão, regulamentação, outorga e fiscalização de serviços de telecomunicações e de radiodifusão, controle e administração do uso do espectro de radiofrequência, e serviços postais.

Para execução dessa política, o Ministério conta com um importante órgão regulador: a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), à qual compete implementar a Política Nacional de Telecomunicações, propor o Plano Geral de Outorgas e o Plano Geral de Metas para universalização dos serviços de telecomunicações e atuar na defesa e proteção dos usuários dos serviços de telecomunicações, entre outros.

Além da Anatel, esse Ministério conta com o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), que tem como objetivo estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Área	R\$ milhões
	PLOA 2011
Integralização de Capital na Telebras	400,0
Pessoal Ativo	282,0
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	181,4
Telecomunicações	131,4
Normatização e Fiscalização	65,6
Demais	308,9

Do montante de R\$ 1,4 bilhão para Comunicações, R\$ 400,0 milhões serão para que a Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras possa dar início à implantação da infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga.

Para Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, R\$ 181,4 milhões estão voltados ao Funttel para fomento e desenvolvimento de processos e produtos inovadores em telecomunicações, a exemplo do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, que se tornou um padrão de televisão digital internacionalmente reconhecido.

Na área de Telecomunicações, serão alocados R\$ 131,4 milhões, com destaque para o programa de inclusão digital, com vistas ao acesso da população à conexão de banda larga, além de concessão de financiamento voltado para projeto de desenvolvimento de tecnologias nas telecomunicações.

Nesse sentido, cabe destacarmos a criação do Plano Nacional de Banda Larga, visando popularizar o acesso à *internet* no território federal até 2014. Há ainda a implantação do Programa Banda Larga nas Escolas, que beneficiará diretamente 86% dos alunos das escolas públicas urbanas.

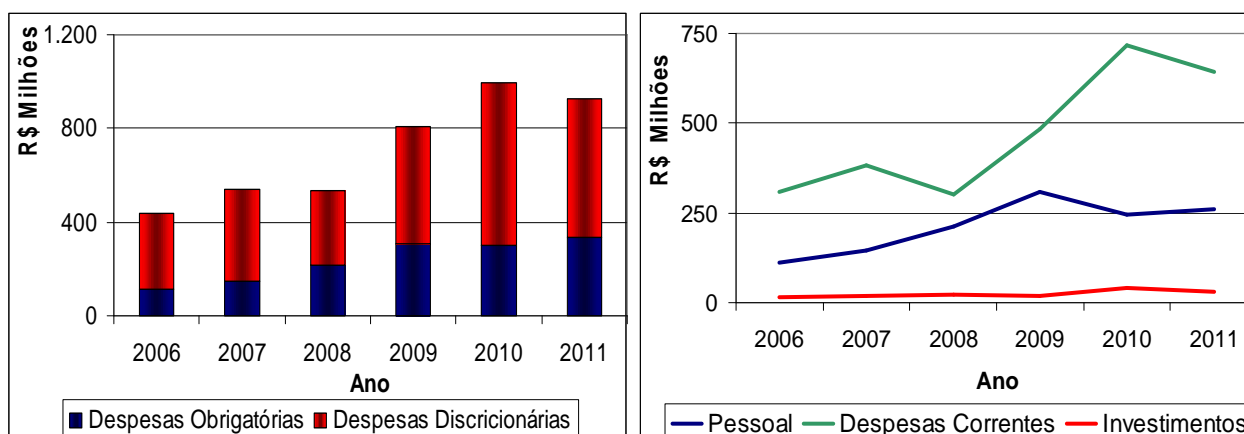
Para a área de Normatização e Fiscalização, serão destinados R\$ 65,6 milhões para o desenvolvimento de ações de fiscalização e regulamentação dos serviços de telecomunicações, com destaque para a Anatel.

ENERGIA

O principal órgão responsável por executar a política pública de Energia é o Ministério de Minas e Energia, que tem como área de competência assuntos relativos à mineração e metalurgia, geologia, energia elétrica, petróleo, gás natural, biocombustíveis e fontes alternativas de energia.

Basicamente, as ações desse Ministério concentram-se na fiscalização e outorga, realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), e na elaboração de estudos e políticas voltados às suas áreas de atuação, ficando as obras, em especial as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a cargo das Empresas Estatais vinculadas.

Nota: A abordagem nessa área se detém apenas aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e que, portanto, não estão incluídos os investimentos das empresas estatais não dependentes, cujo valor encontra-se no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

As principais áreas de atuação referentes à Energia são: Combustíveis Minerais; Normatização e Fiscalização; Energia Elétrica.

Área	PLOA 2011
Combustíveis Minerais	273,3
Pessoal Ativo	259,1
Normatização e Fiscalização	90,3
Energia Elétrica	46,3
Planejamento Setor Elétrico	38,4
Demais	223,4

Dos R\$ 930,8 milhões alocados para 2011 no setor de energia, R\$ 273,3 milhões foram destinados à área de Combustíveis Minerais, englobando recursos para a verificação da qualidade dos serviços de abastecimento de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis. Isso permite gerar dados e informações técnicas para orientar as decisões estratégicas da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios a serem realizados nas bacias sedimentares.

Em 2011, serão alocados R\$ 90,3 milhões na área de Normatização e Fiscalização, cujas principais ações são as de fiscalização dos serviços de energia elétrica exercida pela Aneel, e de fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis exercida pela ANP.

Na área de Energia Elétrica, em 2011, serão destinados R\$ 46,3 bilhões. Os destaques dessa área são o Programa Luz para Todos que tem por objetivo a oferta de energia em localidades isoladas (R\$ 15,0 milhões), e ações destinadas a melhoria da qualidade dos serviços de energia elétrica (R\$ 20,5 milhões).

Destacam-se, ainda, ações destinadas ao planejamento dos setores elétrico e energético que contam com R\$ 38,4 milhões.

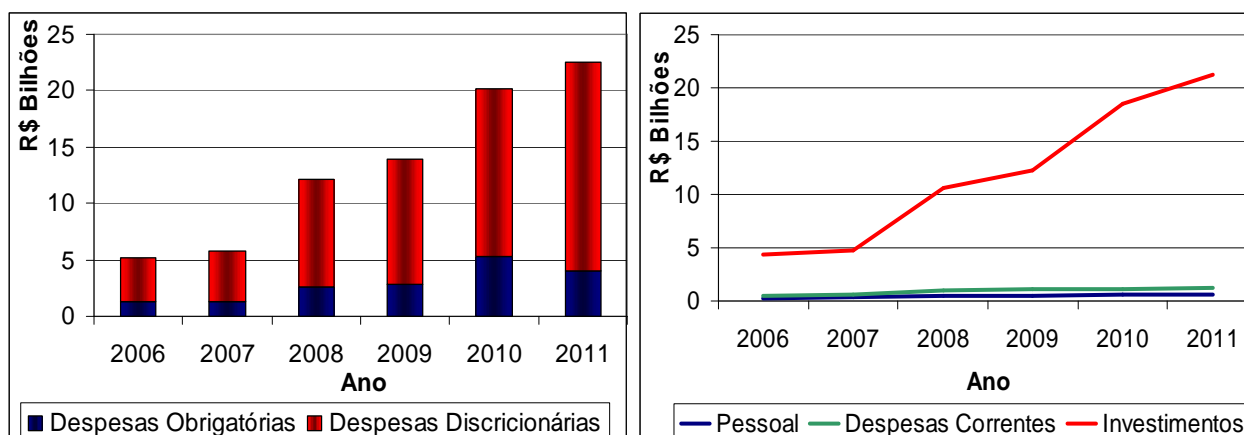
No item "Demais" estão concentradas as ações de manutenção dos órgãos vinculados ao Ministério de Minas e Energia.

TRANSPORTE

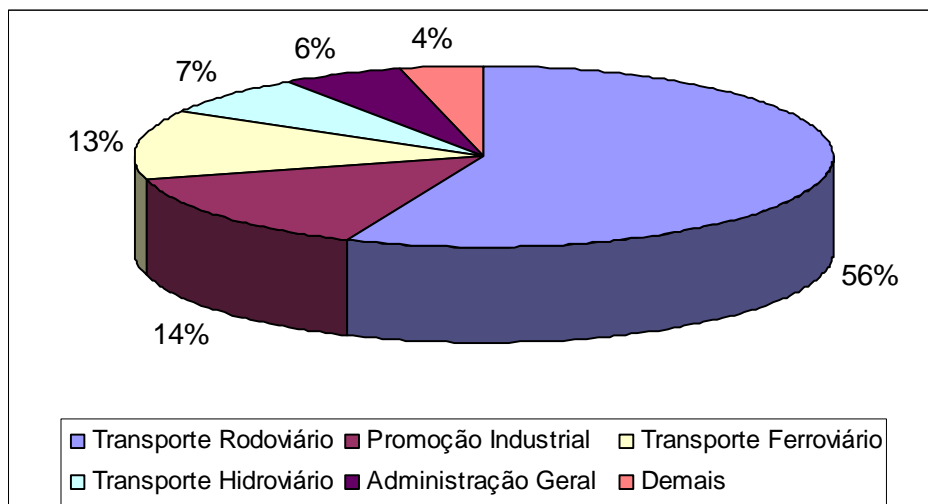
O Ministério dos Transportes é o principal órgão responsável por executar a política pública de Transporte, além da atuação da Secretaria de Portos, vinculada à Presidência da República. Entre as competências do Ministério, situam-se a política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário e a participação na coordenação dos transportes aeroviários.

Para execução da política, o Ministério conta com órgãos especializados, como: o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), ao qual compete a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação mediante a construção de novas vias e terminais. Sua atuação concentra-se nas vias navegáveis, ferrovias e rodovias federais; a VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., responsável pela construção e exploração de infraestrutura ferroviária. Atualmente atua na construção das Ferrovias Norte-Sul e desenvolve estudos destinados à sua extensão em mais 700 km. Coordena também os estudos para a Ferrovia de Integração Centro Oeste, ligando Uruaçu (GO) a Vilhena (RO), com 1.500 Km de extensão; e o Fundo da Marinha Mercante (FMM) que atua na política de fomento à indústria de construção naval.

Além dos órgãos especializados, o Ministério conta com as agências reguladoras da área de transportes. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) atua na fiscalização dos transportes ferroviários e do rodoviário de passageiros, de cargas e das rodovias concedidas; propõe planos de outorgas para exploração da infraestrutura; e edita normas e regulamentos. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) tem as mesmas atribuições da ANTT, porém voltada para o transporte hidroviário.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Dos R\$ 23,2 bilhões, R\$ 13,1 bilhões (56%) serão para Transporte Rodoviário. Uma prioridade dessa área é a manutenção de trechos rodoviários, que se constitui em ações definidas por Estados envolvendo serviços de recuperação, restauração, conservação e sinalização das rodovias federais, além da construção e duplicação de trechos rodoviários. Cabe destacarmos o Programa de Pesagem nas Rodovias Federais, que tem como objetivo coibir o excesso de carga no transporte rodoviário para evitar o desgaste acelerado da pista e reduzir o número de acidentes que envolvem veículos de carga e de passageiros.

Na área rodoviária, merece destaque a duplicação da BR-101 nos Estados do Nordeste, as adequações de trechos rodoviários nas BRs 163, no Estado de Mato Grosso, 050, em Minas Gerais, 280, em Santa Catarina, e 290 e 116, no Rio Grande do Sul, a construção de trechos rodoviários nas BRs 230, no Estado do Pará, 364, no Acre, e 448, no Rio Grande do Sul e do trecho norte do Rodoanel, no Estado de São Paulo.

Para Promoção Industrial serão R\$ 3,3 bilhões (14%), com vistas às ações para o fomento ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval, destinados à construção de navios e à implantação e modernização de estaleiros, a cargo do Fundo da Marinha Mercante.

Na área de Transporte Ferroviário, serão alocados R\$ 2,9 bilhões. Destacamos a construção da Ferrovia Norte-Sul, da Ferrovia Nova Transnordestina e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste executadas pela VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., que contribuirão para o escoamento da produção a custos menores.

Quanto ao Transporte Hidroviário, será destinado R\$ 1,7 bilhão (7%) para o desenvolvimento das ações a ele inerentes. Nesse setor, salientamos a construção de portos fluviais na Amazônia, com vistas a melhorar o transporte de passageiros e cargas das populações ribeirinhas, e os investimentos nas hidrovias dos rios Tocantins, Paraná e

Paraguai, Madeira, Tapajós e São Francisco, por parte do Ministério dos Transportes, e da construção recuperação e dragagem dos portos marítimos em diversas unidades da federação, sob responsabilidade da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

Na área de Administração Geral, R\$ 1,3 bilhão (6%) é destinado à manutenção dos diversos órgãos do Ministério dos Transportes.

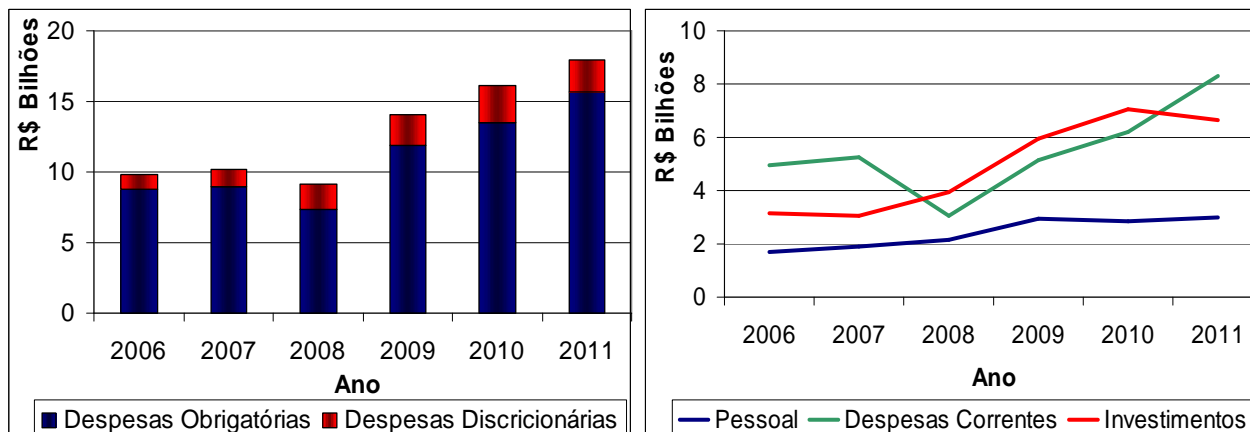
Outras áreas relevantes, agrupadas no item Demais, compreendem a gestão da política dos transportes assim como os recursos para regulação e fiscalizações realizadas pelas Agências Reguladoras (ANTT e Antaq).

AGRICULTURA

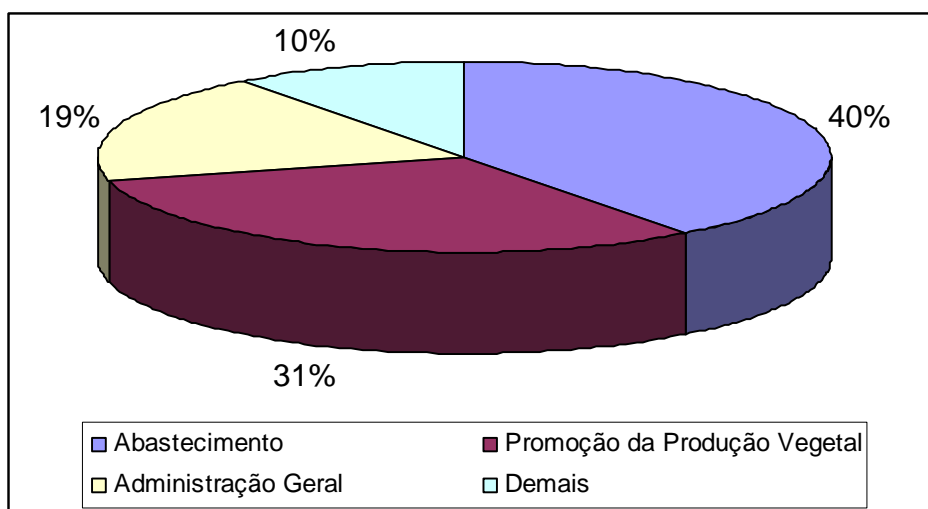
O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade. A atuação do órgão baseia-se na busca de sanidade animal e vegetal, da organização da cadeia produtiva do agronegócio, da modernização da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais e do bem-estar social.

Em outro enfoque, esse Ministério é responsável pela garantia da qualidade e inocuidade (que não produz danos) dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal, ofertados ao mercado consumidor nacional e internacional.

Dois outros órgãos que também executam essa política pública são o Ministério da Pesca e Aquicultura, no que diz respeito à execução de ações relativas ao desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, e o Ministério da Integração Nacional, com as ações voltadas, predominantemente, ao desenvolvimento da agricultura irrigada.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Do montante de R\$ 17,9 bilhões destinados à Agricultura, serão R\$ 7,1 bilhões para Abastecimento, R\$ 5,5 bilhões para Promoção da Produção Vegetal, R\$ 3,4 bilhões para Administração Geral e R\$ 1,9 bilhão para Demais.

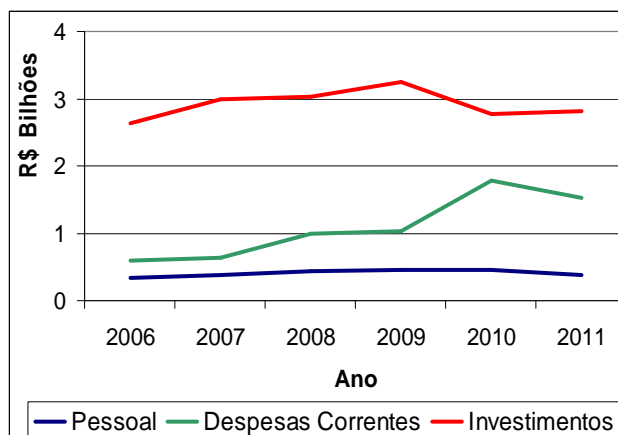
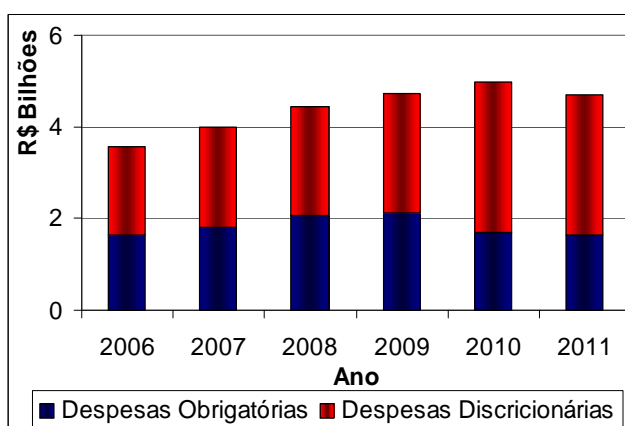
Vale destacarmos o apoio à comercialização de produtos, com a utilização dos mecanismos de aquisição direta dos produtores, a oferta de contratos públicos e privados de opção de venda e a equalização de preços dos produtos, permitindo a negociação diversos tipos de grãos e fibras, tais como, algodão, arroz, fécula de mandioca, feijão, milho, sisal, sorgo e trigo, além de garantir a redução da volatilidade de preços e a melhoria da renda do produtor.

Como complemento a essas políticas públicas, o Governo Federal atuará na prestação de serviços de defesa agropecuária, com R\$ 157,7 milhões, manutenção da qualidade de alimentos e bebidas, com R\$ 99,2 milhões, armazenagem, abastecimento e comercialização, com R\$ 146,7 milhões, zoneamento agrícola, com R\$ 13,5 milhões, pesquisas agropecuárias, com R\$ 422,9 milhões, e desenvolvimento de agroenergia, com R\$ 40,3 milhões.

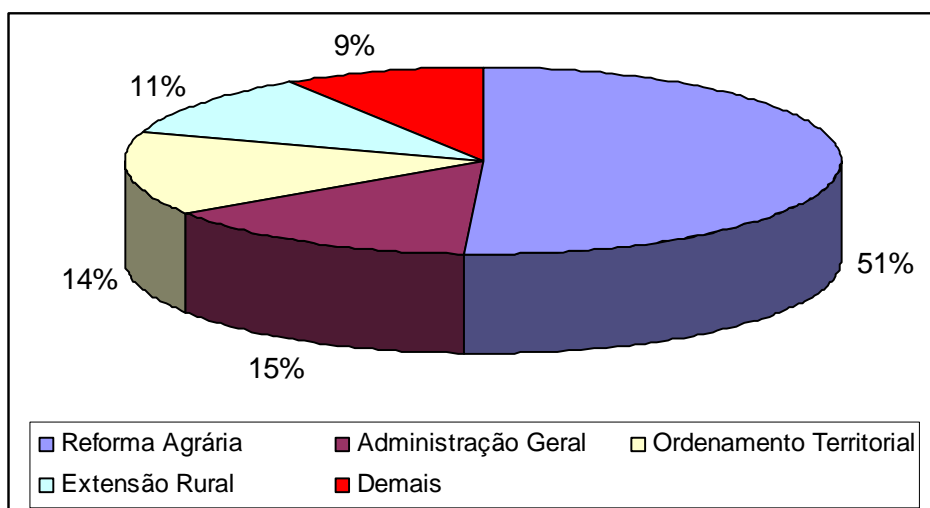
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

O Ministério do Desenvolvimento Agrário é o principal órgão do Governo Federal responsável pela Organização Agrária. Ele trata dos seguintes assuntos: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Esse Ministério também exerce, em caráter extraordinário, as competências relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal, em razão da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Dos R\$ 4,7 bilhões para Organização Agrária, R\$ 2,4 bilhões serão para Reforma Agrária, viabilizando a implantação, recuperação de infraestrutura básica e manejo de recursos

naturais nos assentamentos e assistência técnica e capacitação dos assentados, além da obtenção de imóveis rurais para reforma agrária.

Na área de Administração Geral, serão alocados R\$ 687,8 milhões para a administração do Ministério e das entidades vinculadas a ele, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.

Dentro do contexto da organização agrária, destacamos a política voltada à agricultura familiar, que busca a melhoria da renda do agricultor familiar, mediante a valorização de sua produção, inserindo esses produtores no mercado de forma sustentável. Essa política amplia a segurança alimentar da população por meio do aumento da oferta de alimentos.

Para isso, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) disponibilizará R\$ 251,9 milhões para crédito de baixo custo ao produtor familiar, visando investimentos na sua propriedade e viabilização das despesas de custeio da safra.

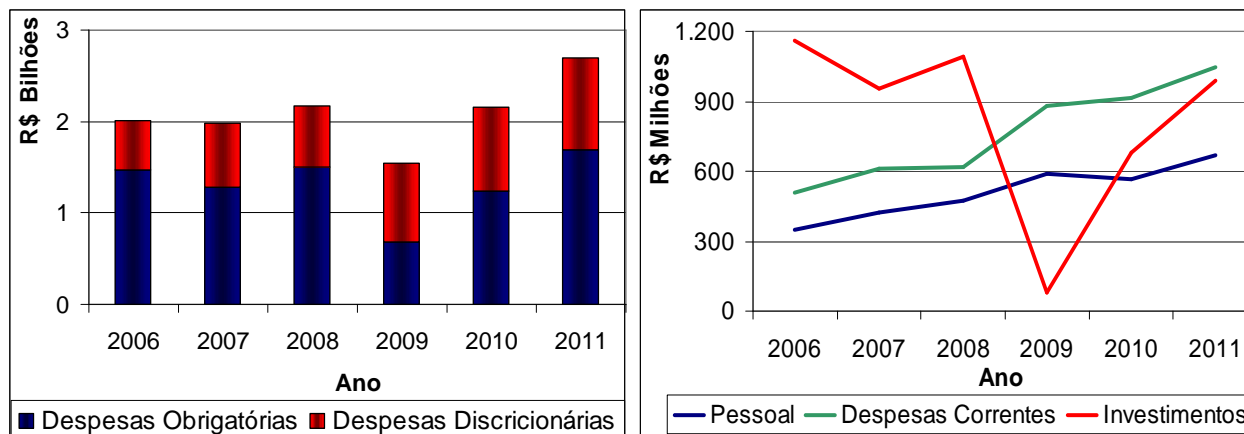
Outra ação importante são as operações especiais de crédito de apoio ao Ordenamento Fundiário, com R\$ 1,2 bilhão, para o financiamento da aquisição de terras por pequenos agricultores, a implantação e recuperação de benfeitorias necessárias, visando alcançar a produção sustentável dessas propriedades, a melhoria da renda desses produtores, bem como sua permanência no meio rural.

Além disso, destacamos a regularização fundiária, que no próximo ano terá R\$ 259,0 milhões, permitindo a regularização de ocupações na Amazônia Legal, com priorização do cadastramento ocupacional, o georreferenciamento das propriedades e a regularização definitiva, o que permitirá aos proprietários o acesso às demais políticas governamentais de apoio à produção rural.

INDÚSTRIA

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem o papel de promover o desenvolvimento industrial do País, contribuindo para o crescimento econômico por meio da intensificação do comércio exterior e do fortalecimento do mercado interno.

Além dele, outros dois órgãos têm participação nessa área: o Ministério de Minas e Energia, que, por meio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), executa essa função nas áreas de geologia e mineração, respectivamente; e o Ministério da Integração Nacional, que tem a sua participação na promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade de áreas estratégicas no Brasil.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Área	R\$ milhões
	PLOA 2011
Promoção Industrial	739,9
Pessoal Ativo	666,1
Normalização e Qualidade	358,3
Demais	934,3

Para a área de Promoção Industrial, serão alocados R\$ 739,9 milhões, voltados a financiamentos para empresas com vistas à ampliação da capacidade ou modernização de máquinas e processos e também às pequenas e médias empresas, além da construção, manutenção e revitalização do pólo industrial de Manaus.

Na área de Normalização e Qualidade, serão R\$ 358,3 milhões. Podemos destacar as atividades de metrologia e da qualidade industrial desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). As ações e resultados obtidos

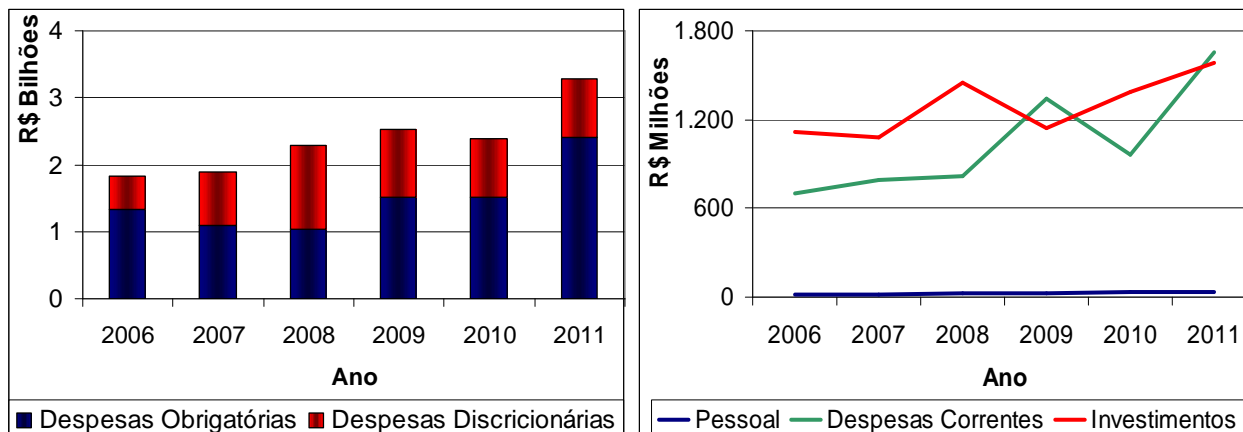
nessa política pública traduzem o esforço para que a sociedade brasileira confie nas medições e produtos, com padrões internacionalmente aceitos de medidas e avaliação de conformidade, harmonizando as relações entre produtores e consumidores.

Há outras áreas importantes que estão agrupadas no item Demais, tais como financiamentos, para que empresas recuperem sua posição nos mercados interno e externo, melhorem sua saúde financeira e, conseqüentemente, retomem a contratação de trabalhadores.

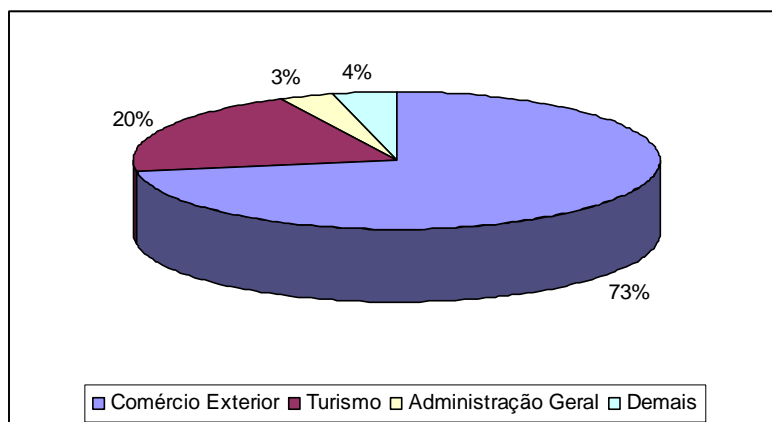
COMÉRCIO E SERVIÇO

Um importante órgão responsável por executar a política pública Comércio e Serviço é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Quanto ao comércio exterior, esse Ministério é responsável por promover a implementação de mecanismos de defesa comercial, com vistas a proteger os produtores nacionais das práticas comerciais como os subsídios ilegais e exportações ao País com preços abaixo do custo de produção (*dumping*); participar de negociações de tratados internacionais, tais como o do Mercosul e da União Européia; propor medidas para o aperfeiçoamento do setor; formular política de informações; e elaborar e divulgar informações relacionadas a essa área.

Além desse, há também o Ministério do Turismo, que tem como missão desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e renda, proporcionando a inclusão social e privilegiando a ótica dos envolvidos na atividade sob três prismas: o turista, o prestador de serviços e o destino turístico.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

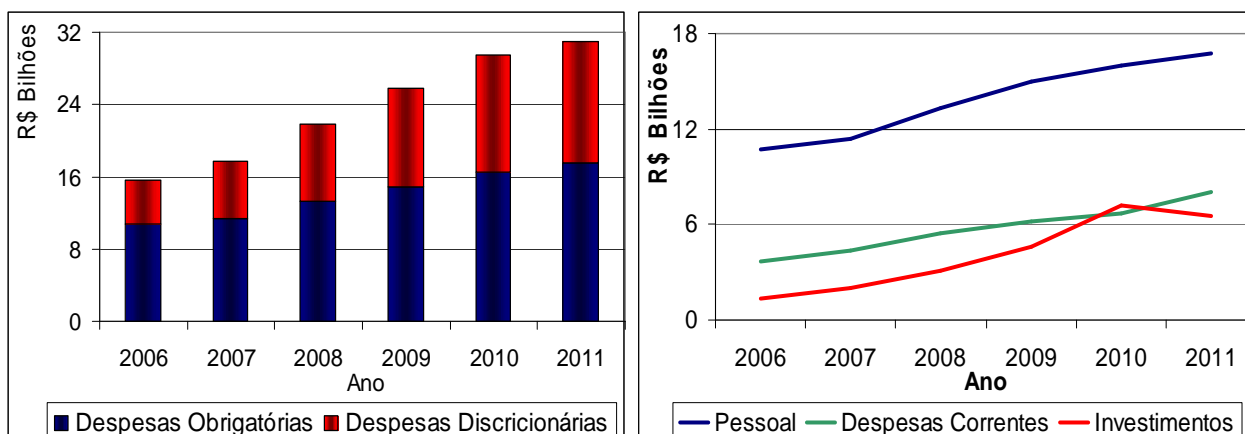


Dos R\$ 3,3 bilhões que serão destinados a Comércio e Serviços, R\$ 2,4 bilhões (73%) serão alocados na área de Comércio Exterior. Grande parte dos recursos (despesas financeiras) são para proporcionar às exportações brasileiras condições de financiamento equivalentes às do mercado internacional.

Na área de Turismo, serão R\$ 666,2 milhões (20%) para o desenvolvimento da infraestrutura turística, com foco na melhoria de áreas municipais com comprovada atratividade, a capacitação e a qualificação profissional, principalmente na área hoteleira e atendimento aos turistas, a promoção nacional e internacional dos destinos turísticos e o fomento da renovação e a ampliação do parque hoteleiro nacional, por meio da oferta de financiamentos com taxas de juros diferenciadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assim como Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

DEFESA NACIONAL

O Ministério da Defesa é o órgão do Governo Federal responsável pela direção superior das Forças Armadas, constituídas pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Sua principal missão é manter a soberania nacional e a integridade territorial, bem como estabelecer políticas ligadas à defesa e segurança do País, como a Política de Defesa Nacional (PDN).



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Área	PLOA-2011 (R\$ bilhões)
Pessoal Ativo	16,7
Defesa Aérea	3,5
Defesa Naval	3,3
Defesa Terrestre	1,4
Demais	6,4

Do montante de R\$ 31,3 bilhões previstos para a Defesa Nacional, R\$ 16,7 bilhões destinam-se aos gastos com o pagamento de pessoal ativo.

Os Comandos (Exército, Marinha e Aeronáutica) possuem na sua programação orçamentária as mesmas características para determinadas ações. Quando se observa os programas de “Reaparelhamento e Adequação”, estamos nos referindo à aquisição/construção de equipamentos aéreos, navais ou terrestres, ou ainda à modernização dos atuais. Já o programa “Preparo e Emprego”, nos referimos às despesas para a incorporação, o treinamento e a manutenção das tropas.

Dessa forma, para a da Defesa Aérea, foram alocados R\$ 3,5 bilhões, com destaque para o preparo e emprego das tropas, com R\$ 1 bilhão; e do reaparelhamento e adequação da Força Área, contemplado com R\$ 914 milhões, com o objetivo de comprar 50 helicópteros

de transporte, e de desenvolver o avião cargueiro KC X, bem como atender a diversos compromissos contratuais de modernização e aquisição de aeronaves, inclusive as destinadas às atividades de caça e reconhecimento; e para melhoria do Sistema de Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, com R\$ 1,1 bilhão; e construção, reforma e ampliação de aeroportos de interesse nacional e estadual.

Em relação à Defesa Naval, há R\$ 3,3 bilhões, distribuídos, predominantemente no reaparelhamento e adequação da Marinha do Brasil, com R\$ 2,3 bilhões, e no preparo e emprego do Poder Naval, com R\$ 1 bilhão. Os destaques são para o desenvolvimento do ciclo de combustível nuclear e do protótipo do reator para propulsão do submarino nuclear cerca de R\$ 250 milhões; o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), que compreende a construção de 4 submarinos convencionais e 1 nuclear, incluindo a transferência de tecnologia para o País, e a implantação de um estaleiro e de uma base de submarinos em Itaguaí/RJ; além da participação no Programa Antártico Brasileiro (Proantar) no valor de R\$ 9 milhões, mantendo o País no processo de discussão sobre o futuro da região antártica.

A área de Defesa Terrestre conta com R\$ 1,4 bilhão e tem no preparo e emprego da Força Terrestre, que envolve a incorporação de 44 mil recrutas, o Projeto Soldado Cidadão, o qual qualifica jovens egressos do serviço militar para o mercado de trabalho; a implantação de Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica; e o reaparelhamento e adequação do Exército Brasileiro, com previsão de R\$ 427 milhões.

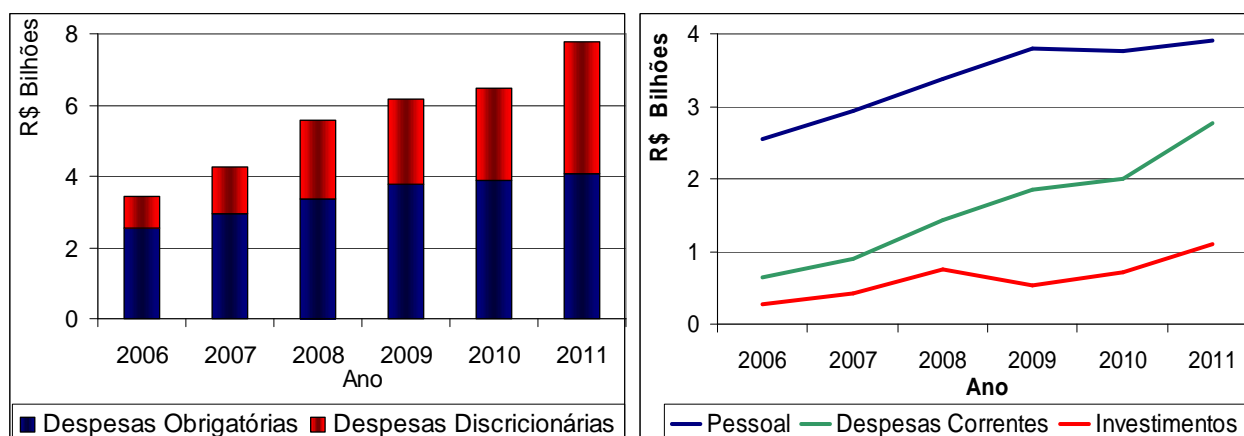
Destacamos, ainda, as operações combinadas das três Forças no controle do tráfego aéreo, fluvial e terrestre, contribuindo para reduzir o fluxo ilegal de armas e drogas, a extração ilegal e a evasão de riquezas naturais. As Forças atuam também em ações humanitárias, inclusive em outros países, em ações cívico-sociais, assistência hospitalar e ambulatorial; e ainda na Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Comunidade, com ações de construção de infraestrutura e assistência às comunidades indígenas isoladas em regiões de fronteira no norte; bem como com o Programa de Transporte Aéreo; entre outras ações governamentais.

Vale ressaltarmos que há previsão de despesas para a realização dos Jogos Mundiais Militares, com a participação de 110 países e 7 mil atletas, entre competidores e técnicos.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública é tema previsto no art. 144 da Constituição, que dispõe sobre o dever do Estado em garantir a preservação da ordem pública, bem como a proteção ao indivíduo e ao patrimônio.

O órgão responsável por implementar grande parte das políticas públicas relacionadas à essa área é o Ministério da Justiça, cuja missão é garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, por meio de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade. No âmbito do Ministério da Justiça, tais atribuições são exercidas pelos Departamentos de Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal; pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, gestora do Fundo Nacional de Segurança Pública; pelo Departamento Penitenciário Nacional; e pela Secretaria Nacional de Justiça.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Área	PLOA-2011
Pessoal Ativo	3,9
Formação de Recursos Humanos	1,3
Policiamento	1,3
Demais	1,4

O total de R\$ 7,9 bilhões para Segurança Pública destinam-se às atividades de policiamento de estradas e fronteiras e de combate à criminalidade; à valorização dos profissionais e operadores de segurança pública; à campanha de cadastramento e desarmamento; à implementação do Plano Nacional de Combate à Pirataria; ao reaparelhamento das polícias; à formação e manutenção da Força Nacional de Segurança Pública; à reestruturação do sistema penitenciário no País, mediante a construção, reforma, aparelhamento e

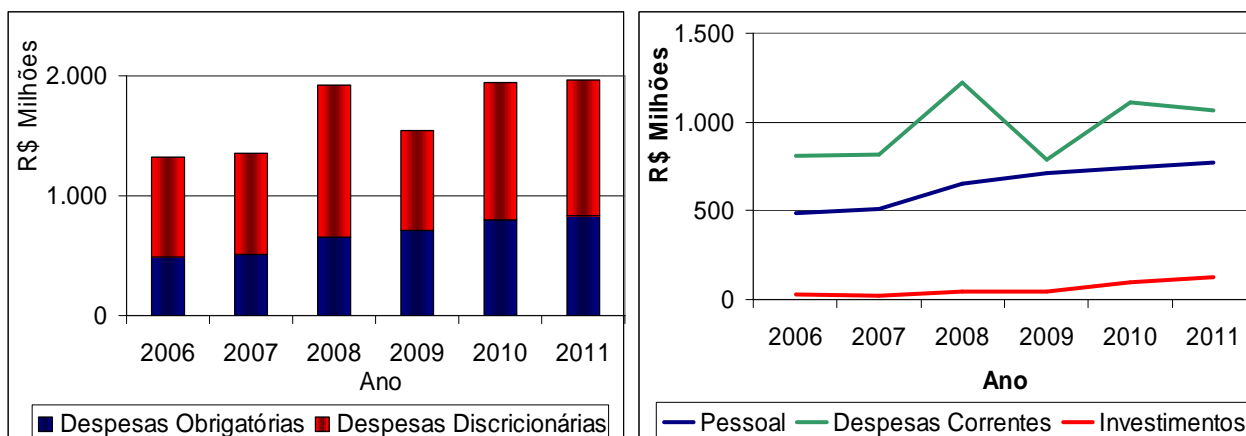
reaparelhamento de estabelecimentos penais, incluindo, ainda, ações de reintegração social do preso, interno e egresso. Desse valor, a Polícia Federal está contemplada com R\$ 3,4 bilhões e a Polícia Rodoviária Federal com R\$ 1,6 bilhão.

O principal destaque da área está na implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que atua no campo da prevenção, controle e repressão da criminalidade, além de incrementar a qualificação dos profissionais de segurança pública. O Programa conta com o projeto Bolsa Formação, direcionado aos policiais militares e civis, agentes penitenciários, bombeiros, peritos criminais e guardas municipais, os quais recebem auxílio financeiro para a participação em cursos organizados pelo Ministério da Justiça, mediante a comprovação de alguns critérios para seleção destes servidores, tais como: remuneração bruta até R\$ 1,7 mil, não ter sido responsabilizado ou condenado pela prática de infração administrativa grave nos últimos 5 anos, entre outros. Esse Ministério investe ainda no fortalecimento das instituições de segurança pública, na construção e reforma de presídios; e no apoio à implementação das políticas de segurança pública e de segurança cidadã. O Pronasci contará em 2011 com recursos da ordem de R\$ 2,1 bilhões.

RELAÇÕES EXTERIORES

O Ministério das Relações Exteriores é o órgão encarregado de auxiliar o Presidente da República na formulação e na execução da política externa do País, além da manutenção de relações com Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais, promover os interesses nacionais e articular as ações do governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Esse órgão, por intermédio do seu corpo diplomático, atua na área consular (passaportes, vistos, legalizações, registros de nascimento, procurações e demais serviços prestados no exterior) e na de cooperação técnica, divulga a cultura, promove o comércio brasileiro e busca o fortalecimento da integração entre países e blocos econômicos, a exemplo da América do Sul, África e Ásia.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Área	R\$ milhões
Relações Diplomáticas	820,9
Pessoal Ativo	773,0
Cooperação Internacional	72,5
Demais	298,8

O valor aproximado de R\$ 2 bilhões para Relações Exteriores serão aplicados em ações voltadas à participação nos principais foros regionais e internacionais, demonstrando o alcance da política externa brasileira nos temas como paz e segurança, finanças, comércio, meio ambiente e energia, entre outros; nos processos de consolidação dos mercados de integração da América Latina e Caribe (Mercosul, Unasul e Celac); no aperfeiçoamento da prestação de serviço consular; na expansão de postos de representação no exterior; no patrocínio de eventos internacionais; na cooperação técnica e cultural entre países; e na

promoção do comércio exterior brasileiro, de forma a atender à intensificação e à multiplicação de suas atividades em 2011. Ressaltamos que as despesas correntes até 2008 consideram os pagamentos de contribuições a organismos internacionais, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, as quais passaram a integrar a programação de Encargos Financeiros da União, a partir de 2009.

Para o próximo ano, estão previstas aquisições e construções de imóveis no exterior, especificamente, em Berlim (Alemanha), Paramaribo (Suriname), São Tomé (São Tomé e Príncipe), Díli (Timor Leste), Nova Delhi (Índia), Maputo (Moçambique) e Abuja (Nigéria).

DIREITOS DA CIDADANIA

A Cidadania é um princípio fundamental da República Federativa do Brasil, consagrada na Constituição. Os direitos da cidadania estão, portanto, presentes em vários artigos da Carta Magna. O Título II, por exemplo, trata dos direitos e garantias fundamentais e contém capítulos sobre direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade e direitos políticos.

Cabe salientarmos que diversas políticas de governo têm impacto significativo sobre o exercício da cidadania, levando aos brasileiros, sobretudo àqueles mais carentes, os serviços essenciais à satisfação de uma vida melhor para todos, como, por exemplo, a garantia à saúde, justiça, segurança, lazer e ao acesso à educação de qualidade.

Merece destaque, a mobilização do Governo Federal em favor de políticas promotoras de direitos e oportunidades direcionadas aos jovens, a qual ganhou grande impulso com a implementação, em 2007, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, o qual está voltado a jovens entre 15 e 29 anos.

O Programa tem por objetivo promover a sua reintegração ao processo educacional, a qualificação profissional e o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer, atuando na formação de jovens por meio da efetiva associação entre a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o ProJovem é subdividido em quatro modalidades: ProJovem Urbano, ProJovem Trabalhador, ProJovem Adolescente e ProJovem Campo.

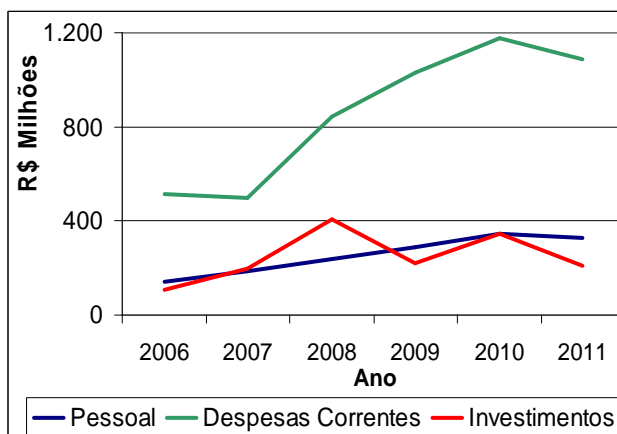
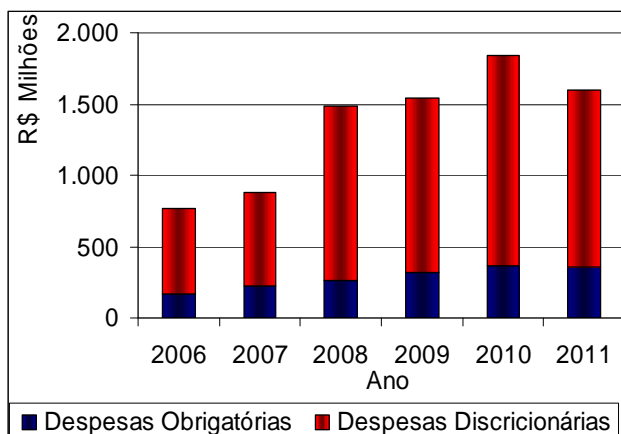
A gestão e orçamento desse Programa são compartilhados entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para o próximo ano, foram previstos para o Projovem R\$ 1,2 milhão, beneficiando mais de 1 milhão de jovens.

Outras políticas públicas que tratam de direitos da cidadania são desenvolvidas na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a qual executa programas e articula políticas públicas que têm como foco grupos sociais específicos. Para 2011, estão previstos R\$ 216,9 milhões para a SDH/PR.

O tema Cidadania inclui, também, a questão de custódia e reintegração. No âmbito da Política Penitenciária, desde 2007 a 2009, foram investidos R\$ 748 milhões nos sistemas penitenciários federal e estaduais, com o (Funpen). Segundo dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen), o Brasil possuía, em junho de 2009, uma população carcerária de 469.546 presos. Desses, 149.514 eram condenados provisoriamente. A capacidade das penitenciárias, contudo, era de apenas 299.392 vagas. O elevado déficit prisional no País se impõe, portanto, como um dos grandes desafios para o governo na área de Segurança Pública.

Para enfrentar o problema, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) tem disponibilizado, desde 2007, recursos para os Estados contratarem obras que visam ampliar

em mais de 15 mil o número de vagas, além de recursos voltados a programas para melhorar as condições dos egressos do sistema. Em 2011, o Depen contará com orçamento de R\$ 125 milhões, sendo R\$ 54 milhões para a reestruturação do sistema penitenciário no País, que contempla construção, reforma, aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais. No âmbito do Pronasci, foram alocados R\$ 70 milhões para atendimento a ações voltadas ao sistema prisional.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

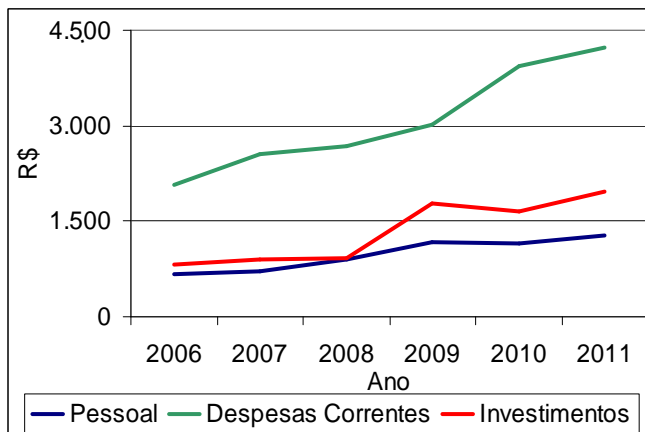
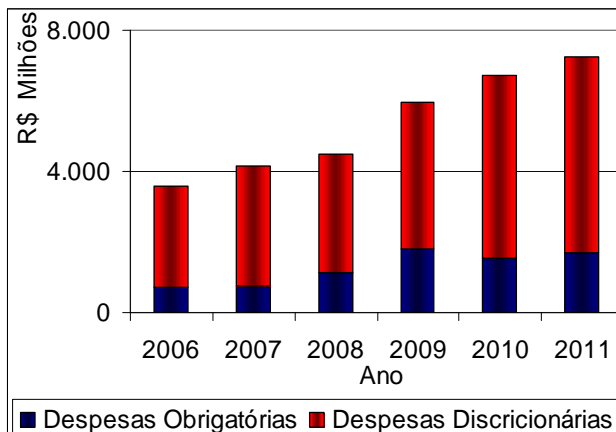
Liderando o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, o Ministério da Ciência e Tecnologia coordena e supervisiona as políticas nacionais de pesquisa científica, tecnológica e inovação; de desenvolvimento de informática e automação; de biossegurança; espacial e nuclear; e de controle da exportação de bens e serviços sensíveis, que avaliam a eventual ocorrência de atividade proibida ou vedada nas convenções ou regimes internacionais que regulam as transferências de bens sensíveis.

Duas importantes agências de fomento à pesquisa são vinculadas a esse Ministério: a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Compõem, ainda, o Sistema C&T o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); a Agência Espacial Brasileira (AEB); 18 unidades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação; e 4 empresas estatais: Indústrias Nucleares Brasileiras (INB); Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep); Alcântara Cyclone Space (ACS) e Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

Por meio desse conjunto de instituições, o Ministério exerce suas funções estratégicas, desenvolvendo pesquisas e estudos que se traduzem em geração de conhecimento e de novas tecnologias, bem como a criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais. Os Fundos Setoriais são instrumentos que vinculam o financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País.

Os recursos dos Fundos Setoriais, em geral, são aplicados em projetos selecionados por meio de chamadas públicas, cujos editais são publicados nos portais da Finep, segundo os seguintes setores: petróleo; energia; recursos hídricos; recursos minerais; informática e automação; aeronáutico; tecnologia espacial; áreas de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS); agronegócios; biotecnologia; transporte aquaviário; região amazônica; transportes. Envolvem projetos que objetivam não somente a geração de conhecimento, mas também sua transferência para aplicação nas empresas brasileiras.

Outras pesquisas de caráter estratégico para o País são também financiadas mediante utilização de recursos dos Fundos Setoriais. A principal ênfase é na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do Governo Federal. Também recebem recursos o Fundo Verde Amarelo (FVA), voltado à interação universidade-empresa e o CT-Infra, destinado a apoiar a melhoria da infraestrutura de instituições científicas e tecnológicas.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Área	R\$ bilhões
	PLOA 2011
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3,7
Pessoal Ativo	1,3
Desenvolvimento Científico	1,2
Demais	1,3

Do montante de R\$ 7,5 bilhões, serão R\$ 3,7 bilhões para a área Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, que inclui grande parte dos recursos destinados à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE); o Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae); e o fundo setorial que aloca recursos em projetos de implantação e recuperação da infraestrutura de pesquisa das instituições públicas (CT-Infra).

Outros R\$ 1,2 bilhão estão previstos para a área Desenvolvimento Científico. Merece destaque o programa de concessão de bolsas de estudos e de pesquisas a cargo do CNPq, cujo montante para 2011 é de R\$ 856 milhões para atender mais de 72 mil bolsistas.

Vale ressaltarmos que a atuação industrial do Ministério da Ciência e Tecnologia envolve setores estratégicos para o País com foco na alavancagem tecnológica. A área contempla, ainda, ações voltadas ao fomento, à elaboração e à implementação de projetos de inclusão digital, à promoção de investimentos em infraestrutura econômica para o desenvolvimento sustentável e ao apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos, museus e centros de ciência e tecnologia, entre outros.